

**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**Departamento de Geografia**

**Refugiados Sírios em São Paulo**  
***Sobre Mobilidade do Trabalho e Crise do Capital***

**Amer Abou Mahmoud**

**Março de 2017**

**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**Departamento de Geografia**

**Refugiados Sírios em São Paulo**  
***Sobre mobilidade do Trabalho e Crise do Capital***

**Trabalho de Graduação  
Individual (TGI) apresentado ao  
Departamento de Geografia  
sob orientação do Profº Carlos  
de Almeida Toledo**

**Amer Abou Mahmoud**

**Março de 2017**

Mas, para dispor da liberdade dos homens, é preciso dar-lhes a paz da consciência. O pão te garantia o êxito; o homem se inclina diante de quem lhe dá, porque é uma coisa incontestável, mas, se um outro se torna senhor da consciência humana, largará ali mesmo o teu pão para seguir aquele que cativa sua consciência. Nisto tu tinhas razão, porque o segredo da existência humana consiste não somente em viver, mas ainda em encontrar um motivo de viver. Sem uma ideia nítida da finalidade de existência, prefere o homem a ela renunciar e se destruirá em vez de ficar na terra, embora cercado de montes de pão...

Fiodor Dostoievsk, Os irmãos Karamazov

كل من سار على الدرب وصل

## **Agradecimentos:**

Não caberia aqui citar todo mundo e nem essas palavras dão conta de explicitar o real valor dessas pessoas.

Sobretudo aos professores: Dieter, pelas questões pertinentes e grandiosas, além da forma muito mais rica e complexa de olhar para o mundo e para a história, além da bibliografia vasta de autores; Anselmo, por toda a crítica as determinações categoriais que nos recolocam naquilo a que pretendemos constantemente negar, além da leitura, quase que integral, do Capital do “velho Marx” nas reuniões de estudo daquelas tardes de quinta-feira; ao Carlão, orientador e pessoa incrível com quem aprendi o quão grandioso é mapear os discursos e desnaturalizá-los.

A galera do truco nas antigas mesinhas do vão, a cada um, pelas boas e más lembranças que carrego comigo.

Ao “mano”, com quem passei horas nas voltas pra casa sentido a zona sul. Horas que em solidão na volta, sempre pareciam infindáveis, mas que na sua companhia não duravam mais do que boas risadas e boas divagações sobre a vida e o mundo. E também pelas incríveis partidas de xadrez, sinuca e futebol.

Àquele cara “chão de fábrica”, pela companhia sempre sincera e pelas grandiosas aulas recheadas de experiência de vida sobre, principalmente, como ser forte. Especialmente nos momentos mais difíceis. Além, claro, das cervejas que eu ainda espero retribuir um dia.

Ao mestre, amigo, que sempre me recobra o pé na materialidade, com quem partilho e espero sempre poder partilhar das desilusões e frustrações dessa realidade caótica que nos cerca e que segue moendo tanto a carne quanto as mentes humanas.

Ao “chefe editor” não formado, importantíssimo nos meus caminhos. Obrigado por tudo, mas principalmente por me cobrar constantemente o valor da resiliência e do cuidado com as repetições.

A todos que compartilharam algumas horas de estudo, nos grupos ou simplesmente nas conversas pelo vão e pelos corredores da faculdade. Tantos nomes que eu espero reencontrar pelos caminhos da vida.

Aos meus pais, por mais complicada que tivesse sido nossa relação em algum dia. Mas que, talvez, tenha me motivado a tudo isso. A minha mãe por todo o apoio e suporte e ao meu pai pelas aulas duras, de língua árabe e da vida.

Às minhas irmãs, que me colocam mais dúvidas, mais inseguranças, mais frustrações e que, sempre, demandam reflexões sobre as minhas condutas.

Ao Barakat que se foi há tantos anos, mas que ainda segue tão presente, motor de diversas reflexões sobre a mobilidade dos homens em busca de suas vidas.

Ao meu irmão, com quem toda a paciência nunca é o bastante.

Ao amigo de infância e a sua esposa, que sempre me ajudam de alguma forma.

A Faculdade de Geografia e a Universidade de São Paulo, que me deram diversas chances e temas de estudar e que ensinaram mais do que eu poderia imaginar aprender sobre mim, sobre o mundo e sobre as pessoas.

E finalmente, aos refugiados, que cederam algumas horas ou minutos de suas vidas nas entrevistas e eventos para compartilhar algo sobre suas dificuldades frente às contradições que nos cercam.

## Sumário

1 - Introdução .....	7
2 - Metodologia: A migração como expressão mundial do sistema produtor de mercadorias e a mobilização do trabalho como expressão da crise generalizada .....	8
3 - Síria, da autocracia em crise à crise dos refugiados .....	19
4 - A imigração árabe em São Paulo e a construção de uma rede de imigração .....	32
5 - Para uma crítica aos direitos humanos enquanto nivelador das condições básicas do sujeito mobilizado .....	36
6 - Sobre a realidade do imigrante refugiado em São Paulo .....	41
7 - Considerações sobre a crise do trabalho como forma estruturante da sociedade capitalista .....	49
8 - Considerações Finais .....	54
Bibliografia .....	55

## 1 - Introdução

Se a guerra na Síria causou a maior expulsão de sírios de seus lares e, conseqüentemente, o maior fluxo de refugiados do século, como pensar nos refugiados que vieram em São Paulo? Quem os emprega? Qual o papel da comunidade árabe já estabelecida em São Paulo como receptor desses imigrantes? Como o Brasil acolhe esses refugiados? Como o direito internacional ou até o direito civil garantem as condições dignas de existência? Onde estão fundamentados esses direitos? Como pensar as contradições gritantes que a sociedade brasileira exprime para com a inserção de sua própria população, que dirá de refugiados que não tem sequer sua formação reconhecida e mal falam sua língua?

Foram tais perguntas que mobilizaram a presente pesquisa, além da necessidade constante de deslegitimar a nossa relação social que só nós mobiliza enquanto mão de obra, se não de alguém, de nossa própria necessidade de se auto flagelar em nome da subsistência cotidiana e sucesso profissional. Ciente de que a falta de emprego é mais comum do que a existência dele em um mundo que, cada vez mais, expelle pessoas em massa para a marginalidade como reflexo da modernização.

Ciente também de que as guerras já são produto comum da formação capitalista e, portanto, instrumentos corriqueiros de grandes potências. A presente pesquisa é uma tentativa de adentrar um universo que supera as “clivagens sociais típicas” como bem definiu Truzzi ao tomar os árabes e sua participação na urbanização e na construção da “grande indústria” paulista como seu objeto de pesquisa. A presente pesquisa tem como finalidade “sair”, minimamente, da abstração que é o “refugiado” e buscar pelas suas próprias versões da narrativas da história.

Se desemprego em massa e pauperização tornaram-se condição estrutural do mundo moderno (HEIDEMANN, 2003), se faz urgente a reflexão sobre a integração dos refugiados sírios em São Paulo, em um contexto de crise econômica e social mundial (KURZ, 1993).

## **2 - Metodologia: A migração como expressão mundial do sistema produtor de mercadorias e a mobilização do trabalho como expressão da crise generalizada**

*Trata-se, todavia, de um economicismo socialmente real e objetivo e, enquanto realidade negativa, deve-se receber nos estudos dos fenômenos migratórios, abordagem crítica e não ingênua ou banalizada como se fosse apenas uma ideologia.” (HEIDEMMAN, 1987)*

A migração e o trabalho estão no bojo da discussão de captação de recursos para a reprodução da sociedade e da população. Ao longo do século, uma série de vertentes metodológicas se abriu no campo de interpretação do que seria esse fenômeno; desde as análises positivistas clássicas; como a de Ravenstein, historicistas; como a de Maximilien Sorre, até as vertentes neomarxistas; como as de Jean Paul de Gaudemar, Olga Becker, Carlos B.Vainer e Heinz Dietter Heidemann.

Malthus, em seu “Ensaio sobre a população” deixou uma marca histórica, se não nas ciências ao menos na fundamentação ideológica e argumentações rasas propagadas ao longo dos séculos. Pois, não obstante as crises econômicas mundiais que se sucederam ao longo dos séculos de desenvolvimento do capitalismo mundial, continuamos constantemente nos reencontrando com os seus pressupostos, bem como os de Adam Smith, para reiterar o capitalismo e sua capacidade de ajuste das disparidades. A já muitas vezes aclamada, “mão invisível do mercado”.

Para Marx (1885), na chamada “Lei Geral da Acumulação Capitalista” o que Malthus escreveu não deixou de ser a caricatura de Robinson Crusoe; toda a estrutura social capitalista e sua riqueza reproduzida através da propriedade e produção isolada. Vale dizer que o capital de Robinson, no romance, não é formado de maneira tão sangrenta quanto o das grandes fortunas mercantis de sua época, mas sua natureza coercitiva reverberou por toda a escola clássica de economia. Marx ressalta:



*...a época que produz esse ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (e, deste ponto de vista, gerais) alcançam o mais alto grau de desenvolvimento.* (MARX, 1987, p. 4)

Ravenstein, um dos primeiros estudiosos do tema, em sua tentativa de explicitação do que seriam as migrações, se utiliza do discurso de *leis naturais* das migrações, como se essas fossem fenômenos recorrentes da própria realidade. Dessa maneira, escamoteia a contradição e naturaliza toda a mobilização social. Diferentemente de Malthus, ele já não está preocupado com a reprodução social, mas com uma espécie de objetividade das relações. Fruto de uma época de afirmação política dos recém-formados estados modernos, seu discurso vai claramente ao encontro do discurso do Estado Nação que tenta se justificar pela ciência.

Não há “leis naturais”. Ao contrário do que intenta Ravenstein com seus postulados, as migrações são fenômenos diferentes em cada momento histórico e precisamos interpretá-las em seus mais distintos contextos. Em geral, elas são sempre a manifestação de um problema social mais profundo, porque, em si, elas não possuem objetividade.

Olhando para os dados do senso, Ravenstein as apresenta como uma questão de fluxos, naturalizada, uma forma de associação da migração ao trabalho. Ele não foi o único a tentar objetivá-las. Maximillien Sorre, ainda que de outra forma, incorre no mesmo tratamento sobre o fenômeno. Sorre pensa as possibilidades de relação e desenvolvimento homem/natureza<sup>1</sup> da cultura humana, que dizem especialmente sobre o seu conceito da mobilidade do *ecúmeno*<sup>2</sup>. Ele não quer explicar a relação de migração em si, mas olha para a mobilidade do ecúmeno, que diz respeito à ecologia humana. Ou seja, olha para a sociedade colocada nos diferentes complexos geográficos.

Olhando para a sociedade inglesa e vendo os processos de migração da época, afirmando que ela é causada por motivos de trabalho e pensando as consequências de um pensamento de economia política como o de Malthus, a

---

<sup>1</sup> Entende-se por homem/natureza a relação sociedade e meios de produção.

<sup>2</sup> O autor defende que a ideia de ecúmeno seria uma das ideias mestras da geografia, sendo esta geografia para os de sua época uma descrição explicativa da terra e daquilo que a encerra. Cabe lembrar que ecúmeno é uma noção resgatada da filosofia grega que diz respeito sobre a área de extensão habitável pelo homem. Ou seja; seu habitat - que associado às capacidades de ação sobre o espaço torna-se sua ecologia.

migração se torna, em última instância, uma espécie de ajuste do sistema produtivo, a partir do movimento de preços que, para Sorre, dizem, mal ou bem, a respeito da sua mobilidade do ecúmeno. Não é de admirar, portanto, que temos novamente uma naturalização do processo social como fenômeno amplo.

Sorre, ao contrário de seu precursor La Blache, ao menos questiona, dessa forma, a possibilidade de pensar a região no sentido do *gênero de vida*, a partir de uma interpretação na qual os fluxos passaram a ser tão importantes, que já não seria mais possível pensar em espaços apartados da reprodução social, como pressupunha o cânone da geografia francesa.

Um olhar baseado numa perspectiva de ecologia humana para entender o processo de migração que tenta objetivá-la em uma lei, ou mesmo que tente pensar a mobilização como reflexo direto da mobilidade do ecúmeno, naturaliza a sociedade no argumento ao elaborar a questão, pois tematiza o trabalho como se esse fosse uma objetividade posta na realidade social - uma visão ontológica, inerente à natureza humana - deixando as mediações todas perdidas na análise. Cabe lembrar que não basta que façamos a série vegetação, clima, relevo e cultura. É necessário olhar para essas mediações e seu processo de transformação. O fundamento da relação que compõe o metabolismo social homem/natureza não escapa ao argumento ecológico de Sorre, afinal falamos sobre uma sociedade que transforma a natureza em bens de consumo para o homem.

Ravenstein, Sorre e Malthus, portanto tem uma visão unilateral do processo. Baseados em um procedimento científico que permite à eles formularem uma interpretação do fenômeno a partir de um ponto de vista conveniente ao Estado Nacional. Em todos esses casos é possível explicar a migração como um fenômeno que é exemplificado por uma relação em que o mercado de trabalho, mercado, dinheiro ou estado nação são secundários, quando, se observados com cautela, são os determinantes centrais da sociedade capitalista. Tais autores acreditam que a migração é uma característica humana e, portanto, objetiva.

“É importante salientar que se um moderno indivíduo, submetido ao mundo do trabalho e da mercadoria, deixa o campo em direção a cidade ou muda de cidade, tal fenômeno deve ser submetido

entendido de acordo com uma forma-social particular.” (SILVA, 2010, p.43.)

Ainda hoje achamos linhas de argumentação sobre a migração com os mesmos pressupostos. Cabe, portanto, buscar por análises que desnaturalizem o fenômeno e tragam à tona sua real complexidade dentro das mais diversas formas de contradições que a nossa sociedade manifesta.

Para Jean Paul Gaudemar, a *mobilidade do trabalho* é o fundamento das migrações na sociedade capitalista<sup>3</sup>. Inspirado na obra de Marx, Gaudemar pensa o processo das migrações como reflexo direto da expropriação dos trabalhadores de seus meio de produção motivada pela revolução industrial e, portanto, conseguinte ascensão do capitalismo. Para ele:

... o capitalismo surge quando o próprio trabalho se torna mercadoria como força de trabalho, separando assim definitivamente o seu valor de uso, do seu valor de troca. (GAUDEMAR, 1977, p. 195)

No capitalismo o centro já não são os sujeitos, mas sim a objetividade do processo de acumulação capitalista que tem como finalidade única a valorização do valor, garantia de sua própria reprodução ampliada para todo o globo. Os sujeitos, portanto, sujeitados a realização dessa sociedade<sup>4</sup> e suas implicações em formas fenomênicas de uma sociabilidade que passa a ter, como marca principal, a concorrência de todos contra todos.

Trabalho é objeto do capital, sobre o qual assenta a valorização do valor. A mobilidade do trabalho, no argumento de Gaudemar, é a realização da dinâmica do capital. No estado moderno, estado nação formado, quem cumpre os desígnios do capital é o sujeito do trabalho. O trabalhador migrante, portanto, sujeito forçado a se deslocar. Essa objetividade tem relação direta com a

---

<sup>3</sup> “As condições históricas da sua existência [do capital] não coincidem com a circulação das mercadorias e do dinheiro. Apenas se produz onde o detentor dos meios de produção e de subsistências encontra no mercado o trabalhador livre que ali vai vender a sua força de trabalho, e esta única condição contém todo um mundo novo. [...] É apenas a partir deste momento que a forma-mercadoria dos produtos se torna a forma social dominante.” (MARX, 1988)

<sup>4</sup> “O capital, então, é uma categoria de movimento, de expansão; é uma categoria dinâmica, “valor em movimento”. Essa forma social é alienada, semi-independente, exerce sobre as pessoas um modo de compulsão e refreamento abstratos, e está em movimento. Consequentemente, Marx lhe confere o atributo da agência. Sua determinação inicial de capital, assim, é como valor que se autovaloriza, como a substância automovente que é sujeito. Ele descreve essa forma social subjetiva-objetiva automovente como um processo contínuo e incessante de autoexpansão do valor.” (POSTONE, 1993, p.308)

igualdade, sociedade contratual<sup>5</sup> (civil) que caracteriza o Estado Nação, diferente do Estado Absolutista. Cabe aqui o argumento de Franco:

O conceito de igualdade emergiu no processo de dominação socioeconômica vinculado ao conceito e ao direito de propriedade e por essa forte razão cumpre aqui como lá fora, sua função prática de encobrir as coisas. (FRANCO, 1976, p. 63).

Migrações são, portanto, a manifestação de um conjunto de relações sociais. Interpretar as migrações nessa chave é uma escolha que contempla olhar todo o fenômeno social e não só para o deslocamento como se esse fosse inerente ao próprio ser, colocando uma espécie de “homo-migrans” (ou mobilidade do ecúmeno) como chave de interpretação viável.

É necessário lembrar que a mobilidade do trabalho não é sinônimo de deslocamento, mas da transformação do trabalho em mercadoria e da dinâmica alucinada de valorização do capital que implica uma mudança na forma de ser do território a partir de um processo de autonomização de violência econômica e extra econômica que aconteceu – durante o processo de formação do mercado de trabalho – e, ainda, segue acontecendo.

A partir do momento que o mercado de trabalho já está formado, a migração se transforma em superpopulação relativa, e, logo, caso social, no qual o Estado passa a cumprir papel de administrador dessa crise - que é imanente da sociabilidade capitalista -, que tem proporções gigantescas e difíceis de serem enfrentadas. Vejamos como exemplo próximo os constantes casos de xenofobia na Europa com a crise de refugiados vindo tanto dos países do leste europeu em sua modernização retardatária, como os mobilizados pela guerra. Os quais culminaram em motivação suficiente para o fechamento de fronteiras e ascensão de discursos fascistóides/xenofóbicos por parte de conservadores.

---

<sup>5</sup> “Marx mesmo salienta, contudo, que as relações de propriedade, que constituem a camada fundamental e mais profunda da superestrutura jurídica, se encontram em contato tão estreito com a base, que surgem como sendo as “próprias relações de produção” das quais são a “expressão jurídica”. O Estado, ou seja, a organização do domínio político de classe nasce no terreno de dadas relações de produção e de propriedade. As relações de produção e a sua expressão jurídica formam aquilo que Marx chamava de, na sequência de Hegel, a sociedade civil. A superestrutura política e, notadamente, a vida política estadual oficial constituem um momento secundário e derivado.” (PACHUKANIS, 1988, p. 52)

Levado o argumento ao limite, podemos suscitar interessantes reflexões sobre o recente “Brexit”<sup>6</sup> da União Europeia.

Do ponto de vista de Gaudemar, quando o trabalhador escolhe migrar ele está cumprindo os desígnios do capital, mas só faz isso porque é manipulado pela sua própria consciência em busca da garantia de sua reprodução em sociedade.

Se aceitarmos a proposição de que o migrante é o sujeito da migração, nossa tendência é olhar para a relação de divisão do trabalho como uma mediação para um produtor especializado conseguir os produtos que anseia<sup>7</sup>. A relação homem natureza é um metabolismo social; seu reflexo direto é a divisão do trabalho que permite a realização social de acesso às mercadorias. Retira-se daí a perspectiva social de sujeitos independentes e autônomos que escolhem o que fazem; Feito o seu processo de trabalho transformam o seu produto em dinheiro e transformam esse dinheiro no que querem - produtos para serem consumidos. O esforço de Marx em “O Capital” é justamente nos mostrar que esse não passa de um sistema de aparências de outro movimento que está por trás dele: a constante necessidade de acumulação do capital.

Produtores especializados hoje se parecem mais com um exército do que com caçadores independentes. São equipes de trabalho cada vez mais articuladas nos processos de modernização produtiva. A organização social se dá entre produtores (detentores dos meios de produção) e expropriados (possuidores apenas da mercadoria força de trabalho), em um processo de cooperação para a produção. Tal processo apresenta história e é necessário evidenciá-la para não naturalizarmos o *modus operandi*. Mas o que se encontra positivado nos argumentos de Adam Smith como potencialização da produção através da divisão do trabalho, se analisa em Marx como divisão do trabalho na linha de produção e não divisão social do trabalho.

---

<sup>6</sup> Recente retirada do Reino Unido do bloco econômico europeu.

<sup>7</sup> Aqui, cabe retomar o argumento de Marx: “Por outro lado, as mercadorias têm de comprovar-se como valores de uso, antes de poderem realizar-se como valores. Pois o trabalho humano, despendido em sua produção, conta somente na medida em que seja despendido de forma útil para outros. Se o trabalho é útil para outros, se, portanto, seu produto satisfaz a necessidades alheias, somente sua troca pode demonstrar.” (MARX, 1988, p.80)

Estamos imersos em um processo de mediação de compra e venda da mercadoria força de trabalho. Uma relação que pressupõe uma sociedade igualitária, na qual a igualdade é colocada no ato da compra de trabalho. A igualdade para essa sociedade se manifesta no momento contratual da esfera pública, que logo depois se desdobra na hierarquia da esfera privada onde o trabalho se realiza<sup>8</sup>.

O duplo aspecto do trabalho está na mercadoria, como bem descreveu Marx: O valor de uso da mercadoria força de trabalho é produzir valores de uso e o seu valor de troca é o salário. Valor é medido em tempo de trabalho socialmente necessário e essa é uma objetividade fantasmagórica impossível de ser materializada<sup>9</sup>, mas o valor da troca é o preço do trabalho. O dinheiro por sua vez é desdobramento da mercadoria, equivalente geral que mede as outras, o valor de troca. O valor de uso que os trabalhadores produzem como mercadoria também possui valor de troca, que é uma quantidade de dinheiro.

A existência desse movimento contraditório interessa, pois as coisas seguem obscuras na sociedade capitalista. Não sabemos ao certo como dinheiro participa desse processo social de sujeição, já que ele metamorfoseia-se com o tempo e em diferentes sociedades. Decifrá-lo é perceber a existência de uma objetivação em processo articulado em um sentido - sua constante valorização. Cabe adiantar que o trabalho também muda à medida que ele se relaciona com

---

<sup>8</sup> "A vida social desloca-se simultaneamente, por um lado, entre totalidade de relações coisificadas, surgindo espontaneamente (como o são todas as relações econômicas: nível dos preços, taxa de mais-valia, taxa de lucro etc.), isto é, relações onde os homens não tem outra significação que não seja a de coisas, e, por outro lado, entre totalidade de relações onde o homem não se determina a não ser quando é oposto a uma coisa, ou seja, quando é definido como sujeito. Essa é precisamente a relação jurídica. Estas são as duas formas fundamentais que originariamente se diferenciam uma da outra, mas que, ao mesmo tempo, se condicionam mutuamente e estão intimamente unificadas entre si. Assim o vínculo social, enraizado na produção, apresenta-se simultaneamente sob duas formas absurdas; por um lado, como valor de mercadoria e, por outro, como capacidade do homem ser sujeito de direito." (PACHUKANIS, 1988, p. 71-72)

<sup>9</sup> Cabe recorrer à obra de Moishe Postone, para uma análise mais aprofundada do tempo como uma construção social e categoria das relações de produção. O que supera, ou foge, as possibilidades da presente pesquisa. Cabe o seguinte excerto para introdução do tema: "A introdução de métodos ainda mais novos de aumento da produtividade gera novos aumentos de valor no curto prazo. Uma consequência de medir a riqueza pelo tempo de trabalho é que, ao ser redeterminada pelo aumento da produtividade, a constante temporal induz, por sua vez, uma produtividade ainda maior. O resultado é uma dinâmica direcional em que as duas dimensões do trabalho, concreta e abstrata, a produtividade e a medida abstrata temporal da riqueza, redeterminam-se constantemente". (POSTONE, 1993, p.334).

técnicas científicas que o tornam cada vez mais supérfluo nessa relação de interação com a natureza para a produção de produtos para consumo.

Gaudemar atenta para o fato de que o mercado de trabalho também tem seu processo de formação; mais do que mobilidade do trabalho o que existe é uma mobilização de trabalho, porque também é processo. A partir do capítulo da *acumulação primitiva* de Marx, o autor reitera o processo histórico de mobilização do trabalho; processo estudado na sociedade europeia feudal, na qual o trabalho estava assentado na terra posta sobre uma estrutura tributária (trabalhador paga para um nobre ou rei, tributo ou imposto) em troca da não violência extra econômica, em um processo no qual o sujeito não tinha mobilidade.

A mobilidade do trabalho advém do processo de expropriação que separa o trabalhador dos meios de produção, só assim ele se submete a vender sua força de trabalho como mercadoria<sup>10</sup>. Seguindo a linha argumentativa de Marx, *se a colônia revela o segredo da metrópole* é por evidenciar que o trabalhador é expropriado e se vê como mercadoria por não possuir terras para produzir. Há aqui, portanto, um pressuposto, que é o do rompimento da relação do trabalhador com a natureza, cerceada a ele no processo de transformação da terra em propriedade privada. Esse processo social media uma relação de poder cujo fundamento é a liberdade<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> “Os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, esse proletariado livre como os pássaros não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo. Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição. Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e paupers. A legislação os tratava como criminosos “voluntários” e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam.” (MARX, 1988, p. 265)

<sup>11</sup> “Gaudemar constrói as bases para a discussão de um conceito crítico de mobilidade do trabalho como conceito que corresponde às formas de existência da força de trabalho como mercadoria, constituindo o único modo de compreender globalmente aquilo que permite, na multiplicidade de seus modos, a submissão do trabalho ao capital. Na sua discussão, o autor ressalta, como elemento fundamental da caracterização da mercadoria, sua presença no mercado [...] Em primeiro lugar, o trabalhador deve ser uma pessoa livre e pode dispor à vontade da sua força de trabalho como mercadoria que lhe pertence; em segundo lugar, deve encontrar-se livre também de qualquer outra possibilidade de reproduzir sua existência e de qualquer outra mercadoria que possa vender, portanto, não tendo outra hipótese que não seja vender sua força de trabalho. Esse caráter, ao mesmo tempo positivo e negativo, da liberdade do trabalhador submetido ao capital, encerra a “liberdade de trabalho”: o trabalhador dispõe livremente de sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender. Dessa liberdade de compra e

Se o processo de migração é, diante da análise, manifestação direta de uma forma de relação social, cabe decifrar os contextos históricos que o motivam. O fenômeno de formação do estado nacional brasileiro, por exemplo, precisa ser pensado no registro da colônia, como um desdobramento do colonial. A colonização faz parte do processo de acumulação primitiva.

A migração hoje se dá em outros contextos, agora nos encontramos no século onde “checkpoints” e muros são regras, manifestação direta do volume populacional que hoje já não se insere nem mais como exército industrial de reserva - já que o desenrolar do capitalismo hoje apresenta a perda de sua própria substância; o trabalho -, como consequência final de sua valorização em uma escala de ficcionalização da economia mundial jamais vista. Não à toa a força incrível dos conglomerados financeiros sobre as democracias dos respectivos estados na necessidade de sua modernização.

Vivemos o século em que “a gigantesca coleção de mercadorias”, em níveis de concentração jamais vistos, se apresenta como a causa principal da catástrofe mundial, ambiental e social. A qual nos leva a uma sociabilidade marcada cotidianamente pela violência, seja ela fruto da opressão econômica ou extra econômica sobre o indivíduo marginalizado ou até sobre grupos que protestam por causas colocadas como direitos a serem garantidos pelo “estado de bem estar social”.

Demandas por repressão que a própria incapacidade de resolução da necessidade de valorização constante impõe aos estados modernos<sup>12</sup>, sejam eles governados pela “direita” ou até mesmo pelos frutos da dita “esquerda” advindas dos movimentos operários. O capitalismo se impõe como única forma possível de administração mediante a concorrência internacional, promovendo, hoje, políticas de justiça social através de acesso a linhas de crédito. Em contrapartida, hoje já se fala em ajuste fiscal até em países tidos como centrais da economia mundial.

---

venda da força de trabalho define-se o caráter capitalista da mobilidade do trabalho. Podemos falar da mobilidade forçada.” (HEIDEMANN, 2010, p. 29.)

<sup>12</sup> Aqui cabe olhar as recentes manifestações francesas motivadas pela necessidade de reforma trabalhista.



Uma concentração de riqueza que só permite aos Estados administrarem as suas respectivas misérias sociais - e todas as contradições que advêm delas - através da juridificação de suas demandas e de sua capacidade de violência extra econômica. Até onde não se vê atos terroristas, já se pede pela tipificação de terrorismos<sup>13</sup>. Cabe sempre lembrar, como já ressaltamos no capítulo anterior, que os maiores investimentos seguem sendo em militarização e segurança pública.

Ordens de despejos sem mandato, coerção política, pautas conservadoras nas campanhas políticas que reiteram argumentos ultrarradicais e xenofóbicos são apoiados por grande parte da população até como forma de solução viável daquilo que não é, sequer, esclarecido. Porém naturalizado até mesmo dentro de vertentes analíticas nas academias. A naturalização do capitalismo segue, como também segue a fundamentação lógica de sua existência: Só é capital aquilo que se valoriza.

Sem perspectivas de rupturas, sequer de discussão categorial do modo de produção vigente que fundamenta toda a nossa sociedade através da forma mercadoria e toda a racionalidade atuante que advém dela, nos falta um “horizonte pós-capitalista” como definiu Jappe (2014). Seguimos, por tradição, recriando, seja via indústria cultural, seja via demandas por mais direitos, nossa própria dominação como forma de realização social.

No âmbito das migrações internacionais, em meio à ebulição da economia global sobre as mais diversas sociedades que apontam para contínuas crises econômicas – portanto também sociais e, logo, políticas, já que tomamos a economia também como expressão e produto da sociedade que, através da política e de seus representantes, anseia pelo seu planejamento sempre em sentido crescente, ainda que esse também seja abstrato e não condizente com a realidade material na qual está assentada as condições de vida de seus cidadãos - em ciclos cada vez menores, já é possível dizer que não há destinos promissores, apenas menos aviltantes.

---

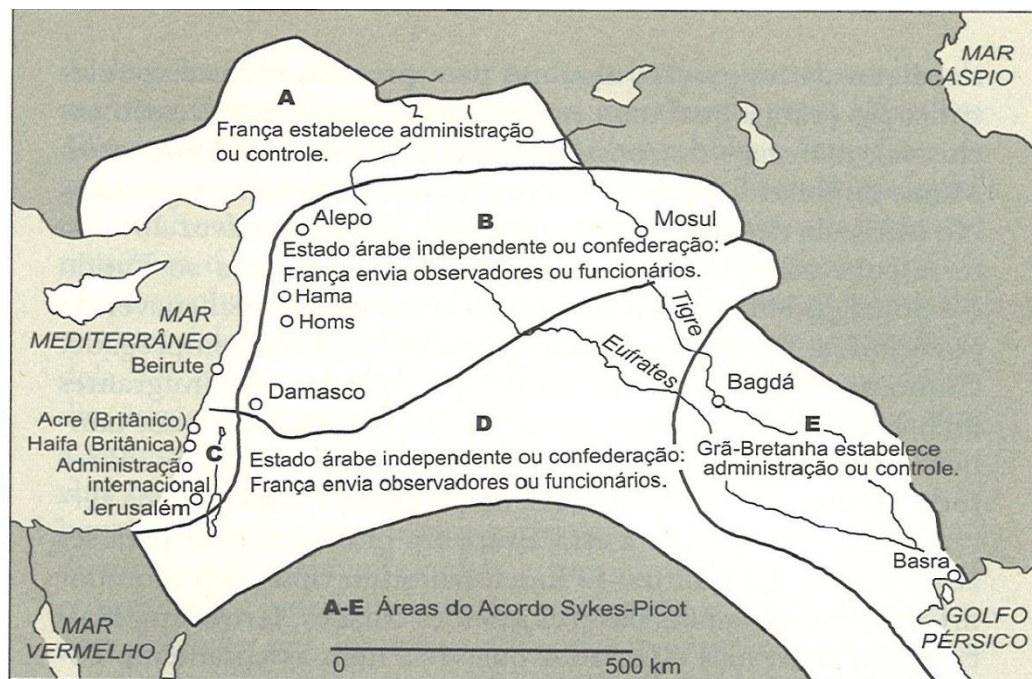
<sup>13</sup> Em matéria divulgada em 03 de agosto de 2016 no jornal Estadão com o título “Justiça mantém sem-terra presos com base na lei antiterrorismo” fica latente a criminalização das reivindicações e demandas sociais urgentes num país em que a exclusão econômica é regra tanto para sua própria população, como para os que aqui chegam desprovidos de qualquer fonte de renda como a pesquisa tentará abordar.

Migração e mobilidade se tornaram duas das mais utilizadas palavras-chave das sociedades contemporâneas, a migração pode ser explicada, sem naturalizações, somente como fenômeno da história social concreta.

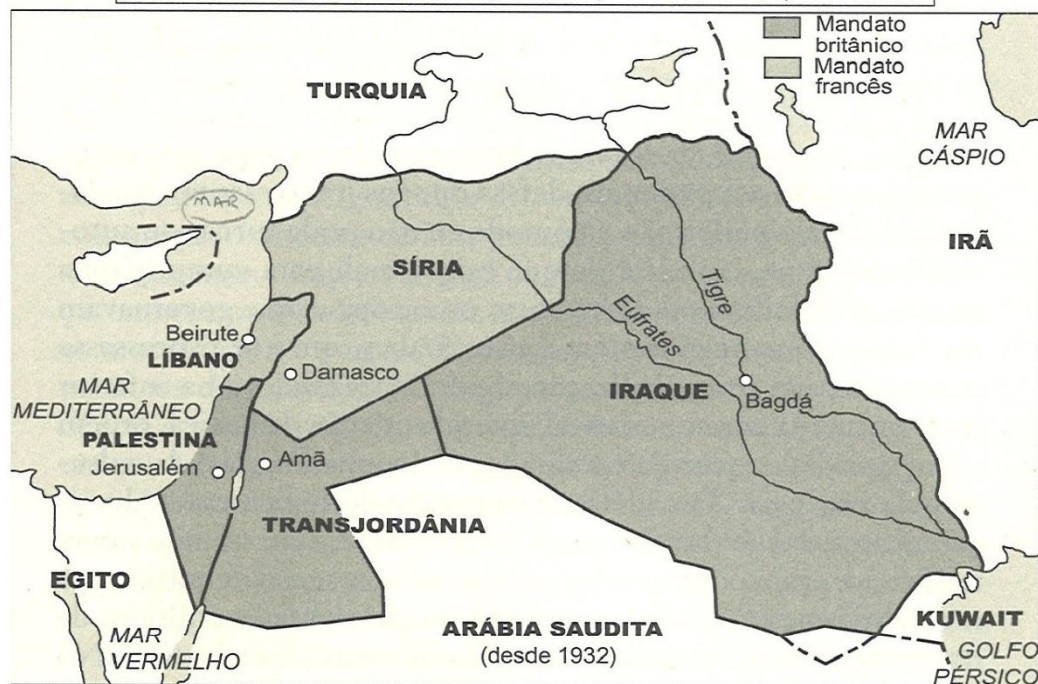
### 3 - Síria, da autocracia em crise à crise dos refugiados

*A economia da morte permanecerá o inquietante legado da sociedade moderna fundada na economia de mercado até que o capitalismo-assassino se destrua a si próprio. (Robert Kurz, Canhões e Capitalismo)*

*Mapa: O Tratado de Sykes-Picot*



Acordos do pós-guerra, 1918-1923: 1) Acordo Sykes-Picot, 1916; 2) os Mandatos



Fonte: Hourani (2006).

A região onde está localizada a Síria, tida como região do Levante - envolvendo Líbano, Síria, Jordânia, Palestina e Norte do Iraque -, tal qual a área de abrangência do deserto Sírio-Árabe (parte norte da Península Árábica) não só é um dos sítios arqueológicos mais representativos da história da humanidade - tendo abrigado as civilizações sumérias, fenícias, persas, mesopotâmias, entre outras - mas é também onde se localizam um terço das reservas de petróleo e gás natural do mundo.

A região sempre foi um ponto de contato entre o Ocidente e o Oriente, dando à Ásia uma saída possível para o Mar Mediterrâneo. Nela também nasceram as principais religiões monoteístas; judaísmo, cristianismo e islamismo, sendo palco por disputas ao longo de toda a história.

Com o fim do Império Turco Otomano (o qual dominou a região por 600 anos) na Primeira Guerra Mundial, a região, antes tida como a Grande Síria, deu espaço para uma série de régimes de protetorado entre as novas potências vitoriosas que, tal qual na África, não se importaram em “passar a régua” para realizar a partilha do mapa do Oriente Médio no que ficou conhecido como *Acordo de Sykes-Picot*<sup>14</sup> (Mapa).

França e Inglaterra não só foram responsáveis pela colonização da região, mas pelo conseguinte histórico de fomento a nacionalismos, com regimes de protetorados. Daí surgem Síria, Palestina, Jordânia e logo depois o Líbano. Ainda mais tarde, o tratado de Balfour garantiria a colonização da palestina pelo atual Estado de Israel. Sobre o período que se seguiu, Hourani define:

A segunda Guerra Mundial mudou a estrutura de poder no mundo. A derrota da França, os ônus financeiros da guerra, a emergência dos Estados Unidos e da URSS como superpotências, e uma certa mudança no clima da opinião pública, iriam levar, nas duas décadas seguintes, ao fim do domínio britânico e francês nos países árabes. (...) A ideia dominante das décadas de 1950 e 1960 foi a do nacionalismo árabe, aspirando a uma estreita união de países árabes, independência do jugo das superpotências e reformas sociais para

---

<sup>14</sup> “Um acordo anglo-francês, embora aceitando o princípio da independência árabe estabelecido na correspondência com o xarife Husayn [emir de Meca], dividiu a área em zonas de influência permanente (o Acordo Sykes-Picot de maio de 1916); e um documento britânico de 1917, a Declaração Balfour, estabeleceu que o governo via com bons olhos o estabelecimento de um lar nacional judeu na Palestina, contanto que isso não prejudicasse os direitos civis e religiosos dos outros habitantes do país. Depois que a guerra acabou, o Tratado de Versalhes estabeleceu que os países árabes antes sob domínio otomano podiam ser provisoriamente reconhecidos como independentes, sujeitos a prestação de assistência e aconselhamento por um Estado encarregado do “mandato” para eles. Foram esses documentos, e os interesses neles refletidos, que determinaram o destino político dos países.” (HOURANI, 2006, p. 417- 418)

uma maior igualdade; essa ideia foi encarnada por algum tempo na personalidade de Gamal 'Abd al-Nasser, governante do Egito. A derrota do Egito, Síria e Jordânia na guerra de 1967 com Israel, porém, deteve o avanço dessa ideia, e abriu um período de desunião e crescente dependência de uma ou outras das superpotências, com os Estados Unidos em ascensão. (HOURANI, 2006, p.460)

O presente capítulo tem por finalidade se debruçar sobre o histórico político da Síria até os dias de hoje, que culminou na maior crise de refugiados da era moderna, mobilizados pela Guerra Civil que assolou e ainda assola o país na sua maior crise política e humanitária.

Pretendemos nos ater, sobretudo, ao período recente, com destaque para os golpes políticos que resultaram na ascensão da família Al-Assad ao poder, até a "Primavera Árabe"<sup>15</sup>, que teve como uma das marcas de seu "início" a autoimolação de um jovem tunisiano, se alastrando pelos países árabes e chegando as portas do regime autocrata de Bashar Al-Assad.

Em 2011, quando as manifestações começaram, as bandeiras levantadas pela população eram, principalmente, as de justiça social. E o estopim para a disseminação dos protestos, a violência do regime. Um dos maiores símbolos da repressão foi o sequestro, tortura e assassinato do jovem Hamza al-Khatib, de 13 anos.

Os protestos se espalharam primeiro pelas zonas rurais e periféricas, as áreas do país que mais foram castigadas pelas reformas neoliberais promovidas por Hafez al-Assad<sup>16</sup> e seu filho Bashar. Saúde, educação, liberdades individuais, terra e condições de emprego foram paulatinamente deterioradas ao

---

<sup>15</sup> Tão aclamada luta por democracia em que imperou a efervescência política e manifestações sociais, as quais viriam a derrubar regimes ditatoriais ao longo do mundo árabe. A Primavera Árabe foi aclamada pela comunidade internacional, mas veio a vigorar e gerar bons frutos somente na Tunísia.

<sup>16</sup> Formado na academia militar e, em seguida, enviado para completar sua formação com militares soviéticos. Ingressou no Partido Baath em 1946. Se opôs ativamente à unificação entre Síria e Egito. Ao fracassar a unificação em 1961, seu prestígio ascendeu, sendo nomeado chefe das Forças Aéreas em 1964. Enquanto ocupava este cargo, a Síria sofreu uma derrota humilhante com a perda de quase toda sua força aérea e parte de seu território na Guerra dos Seis Dias. Em 1970, aproveitaria da sua posição para dar um novo golpe de Estado. Pouco depois de tomar o poder, iniciou tímidas reformas e incrementou a capacidade militar de seu exército. Aliou-se com o Egito em 1973, provocando a Guerra do Yom Kippur contra Israel, com o objetivo de recuperar as Colinas de Golã. O fracasso na operação não lhe deixou escolhas e, para garantir frente ao avanço de Israel como agente hegemônico regional, teve de aproximar a política de seu governo à União Soviética como forte aliado.

longo de mais de 40 anos, enquanto uma pequena elite, principalmente a minoria étnica alauíta, se fortalecia. O aparato repressor do estado policial foi, ao longo desse tempo, continuamente ampliado.

O governo de Assad é originário de um golpe no seio do partido Baath<sup>17</sup>, quando em 1970 a facção de Assad foi bem-sucedida na retirada de Salah Jadid<sup>18</sup> do poder. No centro da disputa estava o curso político-econômico do país. Enquanto a ala de Jadid representava os preceitos originais no pan-arabismo e tinha uma agenda “socialista” - com medidas típicas de estados de bem estar social presentes e funcionais -, a ala de Assad tinha uma proposta de “desradicalização” do Baath sírio, que passaria por uma série de reformas políticas e econômicas. Marcas centrais do abandono da agenda progressista no país.

Esse conjunto de propostas de Assad ficou conhecido como *Movimento Corretivo*. Dirigida contra a facção dominante tida como radical e “ultra-esquerdista” do partido e, em certa medida, provocada por aquilo que Assad e seus partidários viam como uma irresponsável política externa, como a intervenção da Síria no conflito Setembro Negro<sup>19</sup> na Jordânia.

---

<sup>17</sup> O Partido Socialista Árabe Ba'ath ou Baath foi um partido político fundado na Síria por Michel Aflaq, Salag ad-Din al-Bitar e associados de Zaki al-Arsuzi. O partido defendia o Baathismo, que, à época, era uma mistura ideológica de nacionalismo árabe, pan-arabismo, socialismo árabe e anti-imperialismo, combatendo toda influência externa. O Baathismo pedia unificação do mundo árabe em um único estado. Seu lema, "Unidade, Liberdade e Socialismo", refere-se a unidade árabe e liberdade de controle. Ramos do partido rapidamente se estabeleceram em outros países árabes, embora só tiveram o poder no Iraque (com Saddam Hussein) e na Síria. O Partido Árabe Baath fundiu-se com o Partido Socialista Árabe, liderada por Akram al-Hawrani, em 1952, para formar o Partido Socialista Árabe Ba'ath. O partido recém-formado foi um sucesso relativo, e tornou-se o segundo maior partido no parlamento sírio na eleição de 1954. Isso, juntamente com a força crescente do Partido Comunista Sírio, levou à criação da República Árabe Unida (RAU), uma união entre o Egito e Síria. A união viria a se revelar infrutífera e um golpe de Estado, em 1961, viria a dissolver a união.

<sup>18</sup> A administração de Salah Jadid é tida, até hoje, como a mais radical da história da Síria.

<sup>19</sup> Setembro Negro é o nome dado a um período que se estende de setembro de 1970 a julho de 1971, iniciado quando o exército da Jordânia entrou em confronto com as organizações guerrilheiras da Organização pela Libertação Palestina, que havia fundado suas bases na Jordânia, visando expulsá-las do país. Em consequência, os refugiados palestinos tiveram que emigrar em massa. Estimativas do número de vítimas dos dez dias do "Setembro Negro" variam de 3000 a mais de 5000 mortos. O número de palestinos mortos em onze dias de luta foi estimado pela Jordânia em 3.400, enquanto as fontes palestinas calculam que 10 000 pessoas, na sua maioria civis, foram mortas. Na época, o líder Yasser Arafat disse que esse número poderia ser bem superior - até 20.000 mortos.

Como resultado do golpe, o líder Salah Jadid foi deposto e o partido foi completamente transformado. O movimento, tido como “Corretivo”, transformou as estruturas sociais e políticas da Síria. Os alauítas, ramo étnico-religioso de Assad, apesar de não serem mais de 12% da população, vieram a ocupar posições importantes em todos os setores da Síria.

Hafez governou a Síria durante 30 anos ininterruptos com mãos-de-ferro e o *Movimento Corretivo*, do qual foi protagonista, serviu de trampolim para as reformas econômicas promovidas por ele<sup>20</sup>. Em junho de 2000 viria a falecer de um ataque cardíaco e o mando do país passaria para seu filho mais novo, Bashar.

Os 34 anos do jovem Bashar obrigaram uma alteração na Constituição síria, que estabelecia a idade mínima de 40 anos para o exercício da Presidência. Ultrapassada esta mera contingência diante de um congresso completamente submisso, foi apresentado como candidato único do Partido Baath e, através de um referendo, tornou-se Presidente da Síria, cargo que ocupa até o momento. Tal qual o pai, viria a promover reformas semelhantes no âmbito econômico.

Com novos ares na Presidência, estava desenhada uma constelação de fatores que por si só proporcionariam ao país uma virada para a “democracia”, nos termos da comunidade internacional; à saber, abertura política de mercado para entrada de capitais internacionais. Chegou-se a falar até em uma *Primavera de Damasco* quando Assad chegou ao poder.

Mas se no início Bashar ensaiou um discurso reformista, este não refletiu de maneira concreta no cotidiano sírio. A agenda política do país não era propícia a grandes aventuras diante da estrutura social e ele percebeu isso rapidamente. Assim, foi com o apoio da autocracia síria que em 2007 se fez reeleger com 97% dos votos em um referendo em que se apresentava como candidato único. Na

---

<sup>20</sup> “Foram, em essência, um conjunto de medidas desestatizantes, por meio de concessões e privatizações, e de incentivo pesado à iniciativa privada em detrimento do bem-estar social. Planos como o Projeto Eufrates e o Programa de Modernização do Setor da Saúde seguiram a receita neoliberal de deterioração do público para alimentar o investimento privado, criando latifúndios e oligopólios enquanto destituía a maior parte da população.” (FARRAN, 2016)

figura do filho, já se via a imagem e semelhança do pai. A face de ditador acabaria por revelar-se, mais tarde, com os protestos populares.

O desemprego e uma classe desfavorecida largada à sua sorte foram o combustível das primeiras manifestações, entre janeiro e março de 2011. A rua encheu-se de uma população descontente nas cidades de Damasco, Aleppo e Daraa. Bashar não titubeou em mandar o exército tratar do assunto. Uma vez iniciada a revolta, tentou ainda amenizar a situação, dizendo reconhecer às aspirações do povo, suspendendo o estado de emergência em vigor no país há 48 anos e aumentando o salário mínimo e também o salário dos funcionários públicos. Mas o clamor das ruas seguiu com a exigência de sua deposição. A repressão então foi implacável. Estava esboçado o tabuleiro de um conflito que dura até os dias de hoje.

Tão logo a violência escalou ainda em 2011 com os protestos, componentes sectárias começaram um processo de monopólio da narrativa dentro da oposição política e armada, processo esse encabeçado, principalmente, pela Irmandade Muçulmana síria, com apoio dos estados do Golfo e mais tarde Turquia, Estados Unidos, Reino Unido e França, todos agindo sob a égide da organização “Grupo de Amigos do Povo Sírio”. Essa iniciativa, representada pelo “Conselho Nacional Sírio” e militarmente pelo “Exército Livre Sírio”, financiado, em seus mais diferentes grupos atuantes por algum estado nação - lucrando com o comércio de armamentos bélicos. Tal fato chegou até a ser denunciado por Ban Ki-Moon, último secretário geral das Nações Unidas, em seu discurso de despedida.

É importante ressaltar que o “Exército Livre Sírio”, apesar do nome, não foi/é um exército institucionalizado, uma vez que não tem uma estrutura coesa e uma hierarquia propriamente fixa. Foi constituído por vários grupos diferentes operando sobre uma mesma bandeira, na maioria das vezes, por uma questão de conveniência e fortalecimento em pactuar com a queda do então ditador. Porém, muitos viriam a desertar conforme os avanços do conflito, o que enfraqueceu a oposição ao regime. Dentre as bandeiras, a mais conhecida internacionalmente foi a “Frente al-Nusra”<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> O Jabhat al-Nusra (em árabe: an-nuṣrah li-ahl ash-shām, que significa "A Frente da Vitória para o Povo da Grande Síria"), é uma milícia islâmica de orientação sunita e jihadista que atualmente opera na Síria. Liderou e tem ainda liderado os embates contra o governo. O grupo



Na geografia síria passaram então a convergir os antagonismos regionais de um Oriente Médio em convulsão, onde os protagonistas se digladiavam na concorrência por um dos maiores mercados em dimensão territorial e concentração demográfica do mundo árabe. O que, em suma, asseguraria protagonismo regional.

Frente aos “amigos da Síria”, o regime de Bashar passou a depender diretamente do apoio de antigos aliados: do Irã; com o envio de tropas para o conflito e dos xiitas libaneses do Hezbollah; da Rússia e, numa primeira fase, do envolvimento mais assertivo da diplomacia de Pequim. Os antigos conflitos étnico-religiosos e a estrutura de poder absurdamente desigual, com os cargos públicos em sua esmagadora maioria nas mãos de alauítas, garantiram o resto.

O Exército Livre da Síria contra o regime, contando com o apoio de mais de 50 grupos documentados; o Estado Islâmico<sup>22</sup> contra todos; e todos contra o Estado Islâmico. Sobre esse último, cabe o excelente levantamento de Tomaz Konicz da revista Exit:

Falando claramente: O Ocidente está mais uma vez em vias de armar islamistas para combater islamistas – e, ao mesmo tempo, prosseguir os seus interesses geopolíticos, que no caso da Síria visam derrubar o regime de Assad. Coloca-se apenas a questão de saber que grupo jihadista, que agora ainda faz parte da “oposição moderada”, ficará mais uma vez fora de controle dentro de alguns anos e terá de ser eliminado por meio de uma intervenção militar. O Ocidente, na sua luta de moinhos de vento contra o fundamentalismo islâmico, é como o célebre aprendiz de feiticeiro, que já não se consegue livrar dos espíritos por ele invocados para fins de instrumentalização nesta região abalada pela falência estatal. Não é só a geopolítica do Ocidente que

---

foi criado em 23 de janeiro de 2012 e passou a integrar as forças da oposição síria para derrubar o presidente Bashar Al-Assad. O grupo foi descrito como um dos mais agressivos e eficientes a integrar as forças rebeldes sírias, além do mais organizado dentro da Síria, lutando ao lado da oposição do país para derrubar a ditadura que controla a nação. Contudo, também é acusada de vários atentados terroristas que causaram dezenas de mortos ao longo do conflito.

<sup>22</sup> O Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL), ou Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIS), é uma organização jihadista islamita de orientação wahhabista (doutrina que configurou o nacionalismo saudita) e que opera majoritariamente no Oriente Médio. Também é conhecido pelas siglas da língua inglesa; ISIS ou ISIL. Afirma ter autoridade religiosa sobre todos os muçulmanos do mundo e aspira tomar o controle de muitas outras regiões de maioria islâmica a começar pelo território do Levante, que inclui Jordânia, Israel, Palestina, Líbano, Chipre e Hatay, uma área ao sul da Turquia. Várias são as teses sobre sua origem, mas o que se sabe, de fato, é que os principais ingredientes para a radicalização foram as últimas guerras perpetradas pela administração Bush tanto no Afeganistão como no Iraque.

dá força aos jihadistas. Países ocidentais também servem como um importante campo de recrutamento para o EI. Cerca de 3000 jihadistas da Europa Ocidental, EUA, Canadá e Austrália combatem nas fileiras do Estado Islâmico segundo a imprensa americana. Dos cerca de 31.500 combatentes que se terão juntado a esta estrutura terrorista, cerca de um terço terá sido recrutado no exterior – principalmente por meio de uma campanha de recrutamento sofisticada. (KONICZ, 2014)

Ainda houve espaço para intervenção dos curdos, que atraíram, por sua vez, o envolvimento da Turquia. Ancara, sobre a administração de Erdogan, entrou no conflito para combater o Estado Islâmico, mas o grande objetivo seria destruir os curdos – atividade que já exerce há anos para resguardar as fronteiras ao sul do país.

Diante de tamanha barbárie, a comunidade internacional e os meios de comunicação passaram a mitigar suas interpretações rasas de uma sociabilidade global em crise - moral e estrutural - generalizada, muitas nem sequer tocando nos fundamentos do problema, mas jogando muitas vezes com a velha chave do Imperialismo<sup>23</sup> para explicar o conflito e a chave de interpretação do teórico Mackinder, para justificar a intromissão da Rússia em defesa do regime, reafirmando os ares de uma nova suposta forma de “Guerra Fria”. Questionar a imanência das guerras como produto da sociabilidade capitalista e o solapamento dos anseios populares, nem sequer chegou a ser cogitado.

Bashar se defendia das acusações da comunidade internacional dizendo garantir o bem estar da população e a unidade do país lutando contra o que ele chamou de “terroristas financiados pelo Ocidente”, enquanto mandava o exército massacrar as áreas controladas pelos rebeldes. Chegou-se a falar até em uma “brava resistência anti-imperialista” do mandatário. Algo que não poderia levar

---

<sup>23</sup> Não cabe aqui esmiuçar o tema, mas vale lembrar das teses de Lenin e a excelente colocação de Harvey: “O Imperialismo e o colonialismo são, por meio disso, interpretados como soluções necessárias para as contradições internas acumuladas que assediam qualquer sociedade civil “madura”. Hegel explicita que a crescente acumulação de riqueza, por um lado, e a produção de uma “ralé penuriosa”, mergulhada nas profundezas da miséria e do desespero, por outro lado, criam o cenário para a instabilidade social e a guerra entre classes, que não pode, segundo sua análise, ser mitigada por qualquer transformação interna no funcionamento da sociedade civil. A superprodução e o subconsumo, provocados por desequilíbrios na distribuição da renda, também solapam a coerência interna do empreendimento industrial. A sociedade civil é forçada a buscar uma transformação externa por meio da expansão geográfica, pois sua “dialética interna” cria contradições, não admitindo soluções internas.” (HARVEY, 2005, p. 101).

menos em consideração o sofrimento do povo sírio. Um misto de ignorância, ingenuidade e má fé.

A Europa, com a Guerra Civil que assola a Síria, presenciou o maior fluxo de refugiados desde a 2ª Guerra Mundial. A maioria esmagadora dos refugiados reside em refúgios nos países vizinhos da Síria, que estão abrigando cerca de 95% dos refugiados, mesmo em condições precárias.

Nenhum país do Oriente Médio possuía infra estrutura para uma crise de refugiados nessa escala. Como resultado, muitos abrigos ficaram lotados e sem suprimentos, submetendo pessoas ao frio, fome e doenças. Algumas áreas acabaram sendo improvisadas como campo de refugiados, o mais famoso atualmente é Zaatari na Jordânia, o terceiro maior do mundo, uma cidade inteira de barracas de lonas no meio do deserto.

Sem esperanças de que a situação pudesse melhorar, vários sírios decidiram buscar asilo na Europa. Cabe lembrar que a União Europeia sempre investiu bilhões de euros em proteção, alta tecnologia de segurança e patrulha de suas fronteiras, já que o número de refugiados provenientes de outras regiões e em situação irregular é massivo<sup>24</sup>. Há que se considerar também as diferentes componentes culturais que reiteram valores nacionalistas e xenofóbicos. A chegada de refugiados sírios acarretou em cenas de xenofobia comuns diante dos noticiários internacionais.

Islamização, altas taxas de natalidade, incremento da criminalidade e colapso dos sistemas sociais eram alguns dos temores que os meios de comunicação anunciavam. Na maioria, argumentos xenofóbicos frutos de uma mídia hegemônica protecionista e vítima daquilo que o intelectual Edward Said viria a chamar de “Orientalismo”, uma visão completamente estereotipada do que são os povos semitas. *Uma atmosfera de precariedade e cinismo, oportunismo e medo* (HEIDEMANN, 2004).

Vale deslegitimar tais argumentos. O novo percentual de muçulmanos na Europa não incrementaria o percentual europeu em mais que 1%, o que com certeza não islamizaria a Europa. As taxas de natalidade na Síria antes da guerra civil apontavam, na realidade, que a população síria estava encolhendo.

---

<sup>24</sup> Cabe aqui se questionar sobre as mobilizações promovidas pelas guerras civis que assolam as nações africanas.

O medo dos refugiados levarem a maiores taxas de criminalidade também era mais uma tentativa de terrorismo ideológico incutido. Se analisado o histórico dos imigrantes em qualquer país, quando participam da produção econômica e social, tendem a iniciar negócios e se integrarem ao mercado de trabalho, contribuindo mais para a produção econômica. No caso brasileiro, como exemplo, a maioria desses imigrantes viriam a ocasionar o processo de urbanização e de solidificação da economia no setor terciário (TRUZZI, 1991). Ainda mais que, com a formação profissional no país de origem, na maioria dos casos, não sendo reconhecida, é comum o número de novos empreendedores.

É importante lembrar que, na União Europeia, o refugiado tem de permanecer no país em que chegou primeiro, o que coloca uma enorme pressão nos países fronteira que já estavam com problemas. A Grécia, por exemplo, que estava e ainda está no meio de uma crise econômica, não teve capacidade de abrigar tantas pessoas de uma vez, causando casos terríveis de pessoas em desespero e famintas nas suas ilhas, as quais geralmente acabaram exploradas por turistas.

Muitos países recusaram completamente abrigar qualquer refugiado, deixando os países da fronteira europeia com todo o problema. Em 2014 o Reino Unido sugeriu cancelar a grande operação de busca italiana chamada *Mare Nostrum*<sup>25</sup>, que tinha o objetivo impedir que os imigrantes se afogassem no Mediterrâneo. A ideia era que um número maior de baixas no mar significaria menos refugiados tentando entrar no continente. Obviamente, não foi o que aconteceu.

A maneira como a crise era vista ao redor do mundo mudou quando fotos do corpo de Alan Kurdi - um menino curdo refugiado na Síria que tentava se refugiar com sua família na Europa e, portanto, duplamente refugiado - foi

---

<sup>25</sup> “A Europa, mergulhada em uma grave crise econômica, com um desemprego fora de controle e incapaz de abordar de forma estratégica seus problemas demográficos, continua olhando para o outro lado. A Itália pôs em andamento no final de 2013 uma grande operação –denominada *Mare Nostrum*– de patrulhamento e resgate, que incluía uma despesa de 9 milhões de euros mensais (29 milhões de reais) para manter 32 barcos, 2 submarinos e 900 militares em alerta para evitar tragédias. A *Mare Nostrum* salvou cerca de 150.000 vidas. Mas uma combinação de vários fatores está acabando com ela; Roma não quer assumir sozinha os custos dessa operação, mas os parceiros relutam em contribuir por causa do aperto orçamentário, e vários países, encabeçados pelo Reino Unido, afirmam que a própria *Mare Nostrum* contribui para o denominado *efeito chamariz*.” (PEREZ, 2015)

encontrado numa praia da Turquia. O impacto sobre a comunidade internacional fez com a Alemanha chegasse a anunciar que, sem exceção, aceitaria todos os refugiados sírios, prevendo a entrada de 800 mil refugiados em 2015<sup>26</sup>, mas apenas para impor um controle de fronteiras temporário, já que alguns dias depois viria requisitar uma solução ampla do bloco econômico.

No caso do Brasil, O Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão do Ministério da Justiça, garante a concessão de visto especial<sup>27</sup> (“visto humanitário”) a pessoas afetadas pelos conflitos armados na Síria e região que desejem chegar ao Brasil buscando refúgio. O visto é estendido também à família dessas pessoas deslocadas.

*Me chamo Uissam Al-Jamal, sou palestino sírio, vivia em uma cidade para refugiados na Síria, chamada Alazikiy, vim para o Brasil fazer dois anos mais ou menos. Sai da Síria para o Egito, mas as coisas estavam muito difíceis por lá; não oferecem documentação para permanência. Fomos praticamente obrigados a sair de lá... Assim que o Brasil abriu suas portas com o visto humanitário nós viemos para cá. Não queria sair do meu país e me aventurar com crianças, tenho 4 filhos pequenos. Era muito difícil eu sair de lá daquela maneira que os outros fazem (referem-se aos sírios que se arriscaram pelo mediterrâneo a caminho da Europa), ir para qualquer país europeu... então decidimos vir para o Brasil.*

*Nour (refugiado): “Minha família foi para a Jordânia, melhor pra eles lá... Aqui também não tem trabalho, o Brasil tá passando por uma situação muito difícil,*

---

<sup>26</sup> “Só para se ter ideia: a Alemanha, a potência europeia, afirmou que receberia 800 mil refugiados em seu território. Enquanto isso a Turquia, país que aspira entrar no grupo europeu, já aceitou o triplo.” (BBC, 2015).

<sup>27</sup> “A modalidade especial de proteção foi criada em 2012, pelo governo Dilma Rousseff, para contemplar os haitianos que chegavam ao Brasil fugidos, principalmente, das consequências do terremoto de 2010. No ano seguinte, por causa do agravamento do conflito no Oriente Médio, o benefício foi estendido aos sírios”. (MELO, 2017)

*mas eu prefiro ficar aqui. Aqui pelo menos eu tenho o visto humanitário, posso viver. Quando cheguei me deram um documento de 6 meses, só depois consegui o RNE (Registro Nacional do Estrangeiro). Depois de dois anos posso tirar o visto permanente.*

*Eu: E você tem notícias da sua cidade natal? O que você acha que vai acontecer com o país com tudo isso?*

*Nour: Na capital (Damasco) não tem nada, o exército do Assad está lá, mas o interior está todo destruído... não tem mais nada lá... Na Síria a maioria é contra ele, ele tem quase 20%, ou menos que isso da população ao lado dele. O restante, os 80%, é contrário. É Muito difícil achar o que vai acontecer, cada lugar tem um grupo. Por exemplo, Aleppo está com o Estado Islâmico, Damasco com Assad, Jaz Hor com a Al Nusra. Acho que a Síria vai ficar mais de 3 países. Agora virou uma guerra religiosa, a maioria é muçulmana.*

A entrevista de Nour foi concedida no final de 2015. Bashar al-Assad está, hoje, mais forte do que alguma vez já esteve nos últimos seis anos, quando as ruas sírias se encheram de protestos contra uma vida indigna. Muito se deve, neste aspecto, ao envolvimento de Putin que, sob o pretexto de combater o Estado Islâmico, aponta sua força aérea para os grupos rebeldes da oposição a Damasco, além da grande maioria da população, garantindo o clientelismo de um regime que governa o país desde os tempos da União Soviética. Segundo dados da ONU. No seu sexto ano, a guerra síria fez mais de 260 mil mortos, 4,5 milhões de refugiados no exterior e cerca de 7,6 milhões de deslocados internos.

Eliminar os rivais de Israel, engendrar “o Novo Oriente Médio” despedaçando os grandes Estados; Tomar o controle militar de todo o mediterrâneo (já que a Síria, depois da queda da Líbia de Gaddafi, é o único país na região fora da área da OTAN); Desmantelar a base militar russa no porto de Tartus; Destruir o exército sírio, por seus tradicionais e profundos vínculos com Moscou; Garantir a unidade territorial; etc. Foram vários os motivos levantados para explicar o conflito e as suas razões, muitos até com alguma coerência, mas que, quando desconexos da relação econômica mundial, passam a ser apenas argumentos utilizados para atacar os interlocutores que lutam para afirmar suas

versões da narrativa. Interlocutores sujos com o sangue da parcela majoritária da população síria.

Em outros estudos caberia uma análise profunda sobre a relação das guerras e a incessante disputa de mercados no âmbito da valorização capitalista. Kurz (2003), elenca como um dos seus argumentos de que a guerra instaura um nível de produtividade e acumulação que a sociedade civil não poderia abrir mãos ao término dos conflitos. Fica em suspenso, assim, a discussão de quão profícuas são as guerras para a economia global.

Cabem aqui, portanto, alguns questionamentos: Não seria a guerra uma forma de mobilizar força produtiva e consumidora? Não seria esse mais um momento necessário à reprodução ampliada da valorização do valor como um momento de queima de excedentes, através da destruição e reconstrução de uma localidade, país ou região? Não seria a própria mobilidade em si uma forma de reiterar o processo de valorização? Aqui cabe retomar a excelente argumentação de outro trabalho semelhante a este, no qual tais questões já foram debruçadas:

“O que apareceria como absurdo/abominável, mais adiante torna-se comum. A ideia que coloca em oposição um capitalismo que se desenvolve pacificamente e outro capitalismo, em guerra, como aberração histórica (pontual), durante o século XX acaba por cair em desuso. Ambos são na verdade um a prolongação do outro. Os campos de trabalho como a forma mais desenvolvida do outro, o fenômeno geral, o trabalho industrial, a forma exitosa e contraditória do capital acumular pela exploração do trabalho. (...) Desta perspectiva, considerar a guerra como um momento de exceção, inclusive do ponto de vista analítico, é um equívoco; pois o fazer da guerra tem um papel econômico e social considerável, pois desenvolve os modos de organização, mobilidade para o trabalho e as mais adequadas formas de acumulação.” (CAMARERO, 2013, p.40-41)

Cabe lembrar sempre que os investimentos militares e em segurança pública para a manutenção dos aparatos repressivos dos estados são sempre gigantescos. Segundo dados do Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo, o orçamento militar americanos em 2016 chegou a 596 bilhões de dólares, com previsão de aumento de 54 bilhões para esse ano (FLECK, 2017).

#### 4 - A imigração árabe em São Paulo e a construção de uma rede de imigração

No presente capítulo, nos ateremos principalmente a rede de imigração criada por sírios e libaneses - que já data do início do século passado - sob a luz, principalmente, dos estudos de Oswaldo Truzzi, um dos maiores estudiosos do tema. A imigração árabe no Brasil é datada de início do século XX. O recenseamento de 1920 contou com quase 20 mil sírios e libaneses habitando o Estado de São Paulo, pouco menos de 40% do total nacional. O censo posterior, realizado 20 anos depois, apanharia São Paulo com praticamente a metade do contingente nacional.

Em 1934, mais de um terço dos imigrantes que se estabeleceram em São Paulo residiam na capital, a maior parte ao norte do distrito da Sé e ao sul do de Santa Efigênia, num triângulo cujos lados são as ruas 25 de Março, Cantareira e a avenida do Estado. (TRUZZI, 1992, p. 10 - 11)

Cabe, contudo, ressaltar que a identidade árabe, desde a criação dos regimes de protetorados das grandes potências do século XIX (sobretudo França e Inglaterra), fragmentaram a sociedade árabe nos mais diferentes nacionalismos e que, portanto, a identidade étnico-cultural, posta sobre o mundo árabe, que hoje se constitui em 22 países - além de outros falantes do idioma pela sobrepujança religiosa do islamismo - já não garantia a unidade de tais povos desde o início do século. Ainda que se tratasse de falantes de um mesmo idioma<sup>28</sup> ou fossem todos por aqui identificados como *turcos*<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> “Às incongruências religiosas e étnicas sobrepujaram-se as diferentes extrações regionais. Estes dois fatores de afirmação da identidade estarão presentes na maior parte das instituições fundadas pela colônia [...] Esta condição específica dos contingentes de origem sírio e libanesa desdobrou-se num importante condicionante de sua assimilação. Sendo a inserção étnica, religiosa e regional tão decisiva em sua terra natal, a vinda ao Brasil não poderia significar de uma hora para outra a anulação de tantas tensões pregressas. Seria inverídico afirmar com isso que as beligerâncias aqui se reproduziram tal e qual; mas de certa forma, referências tão marcantes e decisivas em termos de identidade acabaram condicionando a sociabilidade da colônia, forjando um padrão onde essa se voltou muito para si mesma, autocentrada em seus inúmeros credos, associações de benemerência, escolas, clubes, entidades filantrópicas e jornais que, ao competirem, se reproduziram com fartura um após o outro.” (TRUZZI, 1992, p. 14 - 15)

<sup>29</sup> “Foi através do termo “turco”, impropriamente atribuído, que os imigrantes de origem síria e libanesa e seus descendentes ficaram conhecidos, não apenas em todo o território brasileiro, mas também em todo o restante da América Latina, do extremo norte mexicano até o extremo



Logo de entrada o autor já ressalta a frugalidade dos primeiros árabes que aqui chegaram e sua autonomia para amearhar alguma subsistência que não se cerrasse somente na própria subsistência, independentemente das manifestações de preconceito que viriam a sofrer:

Se o preconceito em relação a sírios e libaneses abrangeu de fato todo um conjunto de imputações estereotipadas, variáveis ao longo de sua assimilação, fica difícil por outro lado imaginar que ele assumiu uma consistência capaz de interpor barreiras ao sucesso econômico dos membros da colônia. Conforme argumentaremos proximamente, a acumulação primeira deu-se praticamente de forma autônoma, independente de outras classes e fundamentalmente dependente apenas do trabalho. A atividade de mascateação oferecia assim uma enorme vantagem em relação a outros tipos de inserção ocupacional mais diretamente submetidas às camadas proprietárias, como o colonato ou a proletarização na cidade. À medida que o comércio se fortaleceu, estabeleceu-se uma corrente de imigrantes vindos por laços de parentesco ou de origem comum que a cada leva refazia o ciclo, abrindo seu próprio espaço numa cidade que à época se urbanizava velozmente. Desta forma, mesmo que inicialmente às custas de muito trabalho e pouco usufruto, as vias da ascensão econômica sempre permaneceram razoavelmente desobstruídas para muitos. (TRUZZI, 1992, p. 38)

Essencial ressaltar que, embora muitos desses imigrantes estivessem originalmente vinculados à atividade rural, depararam-se aqui com um sistema de grandes lavouras, que diferia muito do que conheciam. Tendo chegado sem recursos, foram impedidos de se estabelecerem como proprietários rurais<sup>30</sup>. E

---

sul chileno ou argentino. A denominação se explica porque até o final do primeiro conflito mundial, quando boa parte do fluxo migratório já havia ocorrido, a região hoje ocupada pelos Estados da Síria e do Líbano pertenciam ao Império Otomano, de modo que os indivíduos que de lá emigravam apresentavam nos países de chegada passaportes turcos(...) A explicação é convincente para dar conta da gênese da denominação, mas pouco nos diz a respeito das razões que a fixaram como correspondente a um tipo característico em regiões tão distantes e diferenciadas como a Capital paulista, a região amazônica, o pampa argentino ou as aldeias mexicanas. Na verdade, aquilo que marcou a imagem dos turcos em qualquer dessas regiões foi a dedicação, seja em zonas urbanas ou rurais, a atividades comerciais, iniciadas em geral com a mascateação.” (TRUZZI, 1999, p. 315)

<sup>30</sup> “Em particular, frente a uma estrutura agrária concentrada, teriam de se empregar como colonos ao longo de pelo menos uma ou duas gerações para terem a chance de conquistar o acesso a algum tipo de propriedade rural que os mantivesse em suas atividades originais. Além disso, Knowlton\* (pioneiro nos estudos sobre a imigração árabe para o Brasil) recolheu em suas entrevistas elementos que o fizeram deduzir que os primeiros mascates obtiveram muito má impressão da miséria em que vivia a população rural no Brasil, contribuindo para o seu afastamento do campo. [...] Uma vez que vieram solteiros e quase sempre com a determinação de retornar à terra de origem depois de amearhar durante alguns anos algum capital que os fizesse viabilizar a vida, a maior parte deles não hesitou em optar por uma atividade que os mantivesse na condição de trabalhadores para si próprios, escapando das agruras da condição de colonos ou operários. Como em geral vieram sem nenhum capital, esta atividade somente poderia ser a mascateação.” (TRUZZI, 1992, p. 51 - 52)

sem alternativas, a grande maioria decidiu apelar para o que já fazia com maestria dentro de seu espectro étnico cultural, a mascateação:

É também provável que o comércio fosse uma atividade relativamente familiar a muitos, pois o território sírio constituía uma rota tradicional, quase obrigatória de tráfego de mercadorias entre os países ocidentais e os orientais. [...] Além disso, ao se depararem com uma sociedade em vias de se urbanizar, é natural que pendessem a tais atividades, aproveitando-se do comércio como um novo espaço de inserção profissional.” (TRUZZI, 1992, p. 53)

Deffontaines (1936) observou que desde os fins do século passado o campo de trabalho dos mascates havia se alargado consideravelmente, na mesma medida em que o colono procurava se desvencilhar das compras nas lojas do fazendeiro e que, por isso, os mascates representavam “uma feliz concorrência ao armazém do patrão”. Segundo Taufik (1944) encerrando suas vendas nos grandes centros, *“buscavam os mascates os subúrbios, afastando-se gradualmente até chegar às cidades do interior, e de lá às fazendas e até aos sertões, sempre em ondas mais crescentes”*.

Além da importância da figura do mascate, Truzzi destaca que qualquer levantamento da saga da colônia síria e libanesa em termos de sua ascensão econômica não pode deixar de destacar *“os dois elementos básicos que deram sustentação ao processo como um todo”* (TRUZZI, 1992). Em primeiro lugar, ressalta as relações de complementariedade e de ajuda mútua estabelecidas no interior da colônia, as quais seguem dando sustentáculo a existência de uma rede migratória até os dias de hoje.

No passado, essas se manifestaram em inúmeros mecanismos que se desenvolveram desde a acolhida dos recém-chegados pelos já residentes, até a ponta das relações de complementariedade que se estabeleceram entre industriais e grandes comerciantes. O autor acrescenta que *“entre estes dois extremos, encontraremos um conjunto de mecanismos facilitadores de crédito, de fornecimento e de favorecimento mútuo”* (TRUZZI, 1992). O que acabou por constituir um dos pilares importantes de suas atividades econômicas.

É cabal salientar que tais relações jamais derivaram de uma expressão institucional. Elas tinham por base fundamental a compreensão de que por trás de cada história, de cada ato do drama que representou a imigração, havia para todos uma busca comum de refazerem suas vidas. Elemento em comum,

*“entremeado de laços de parentesco e conterraneidade, forneciam o substrato de uma cultura de cooperação que sempre tendeu a se estabelecer de modo informal”* (TRUZZI, 1992).

O segundo elemento fundamental, segundo o autor, diz respeito ao contínuo processo de realimentação que representou a importação de parentes e conterrâneos pelos que aqui já residiam<sup>31</sup>.

Foram esses imigrantes que na estrutura miúda de conquista do comércio garantiram, inclusive, a ascensão profissional nas profissões liberais tradicionais (engenharia, direito, medicina...) e, ao seu modo, modernizaram a sociedade paulista ao introduzirem nela, já no início do século e com mais vigor ainda no pós 30, uma gama extensa, complexa e diferenciada de posições intermediárias na estrutura social urbana que surgia. Assim enfraquecendo, em alguma medida, as antigas oposições e abismos sócio econômicos características da sociedade agrária em declínio.

Foi neste processo que se constituiu *“novos padrões e modalidades de inserção social dificilmente apropriáveis por esquemas polarizados de análise”* emergindo toda uma nova região da estrutura social, reflexo direto da urbanização recente, *“dando feição própria e original ao atual tecido social paulista”* (TRUZZI, 1997).

“Celebrizado em prosa e verso pelos intelectuais da colônia, de fato a figura do mascate constituiu a única base possível de identidade coletiva de uma colônia fragmentada entre diferentes religiões e regiões de origem. Mais que isso, qualidades tais como o trabalho duro, a frugalidade e a perseverança num futuro melhor foram insistentemente reafirmadas e exibidas como exemplo de conduta. Sua perspicaz capacidade de adaptação à nova pátria impressionou ao ponto de gerar narrativas em que fábula e realidade se confundiram, como no episódio relatado por Tanus Jorge Bastani, em seu livro *Memórias de um Mascate*. Conta o autor o caso do libanês Kalil, que, julgado morto por seu companheiro Miguel, foi por este encontrado doze anos depois feito cacique de uma tribo amazônica.” (TRUZZI, 1997, p. 76).

---

<sup>31</sup> “Não existem dados precisos a esse respeito no Brasil, mas tudo indica que este efeito “corrente” foi responsável por enormes parcelas de imigração síria e libanesa. No Estados Unidos por exemplo, em 1907, um levantamento do Departamento de Imigração indicou que dos 9188 imigrantes sírios entrados naquele ano, 8725 (94%) declararam ter migrado para encontrar parentes ou amigos. Este processo por sua vez acoplou-se perfeitamente ao primeiro porque graças a ele a maior parte dos recém-chegados imediatamente contou com uma referência forte de parentes e conterrâneos em termos de como seria possível tocar a nova vida.” (TRUZZI, 1992, p. 66)

## 5 - Para uma crítica aos direitos humanos enquanto nivelador das condições básicas do sujeito mobilizado

*Daqueles que lutam por direitos humanos, esperamos uma reflexão crítica sobre a sua bandeira inerente ao processo de modernização iluminista que não alcançará nunca uma emancipação social. (Heidemann)*

Muitas vezes servindo de álibi para intervenções militares – por vezes fraudulentas e com interesses geopolíticos claramente demarcados -, “*sacralização para a inserção das economias na tirania do mercado global e base ideológica para o fundamentalismo do politicamente correto*” (ZIZEK, 2005), os direitos universais se pretendem como niveladores para a necessidade de uma medida ética de sociabilização possível por todo o globo. Para Slavoy Zizek, “*uma defesa contra o excesso de poder*”.

A questão que se coloca como objeto de análise é: Onde estão fundamentadas, socialmente, as categorias que definem a constituição desses direitos? Recorro aqui às obras de Slavoy Zizek, Evgene Pachukanis e Pablo Biondi, autor que já se debruçou sobre o tema em sua tese de mestrado, para tentar restaurar a conceituação do que vem a ser o sujeito portador dos direitos humanos<sup>32</sup> na sociedade capitalista<sup>33</sup> e de como esse não deixa de ser apenas mais uma abstração a obscurecer a objetividade das relações sociais e sua materialidade produzida, já que “*a produção da vida material pelo trabalho é um eixo que, enquanto tal, não exaure a realidade em sua totalidade, mas também lhe molda*” (BIONDI, 2012).

---

<sup>32</sup> “As principais categorias da forma jurídica, para Pachukanis, são o sujeito de direito e a relação jurídica. A primeira é a base do fenômeno jurídico, e na medida em que “o sujeito é o átomo da teoria jurídica, seu elemento mais simples, *indecomponível* (Pachukanis), assim como a mercadoria é o elemento mais simples da sociedade capitalista.” (BIONDI, 2012, p. 26)

<sup>33</sup> “O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (MARX, 2008, p. 45)

Cabe pensar, principalmente, sobre a capacidade de salvaguardar as populações da barbárie conduzida pela valorização constante e todo o truncamento econômico realizado na escala global pós terceira revolução industrial. Ou ainda, o quanto as benesses desse modelo social são acessíveis e garantidas.

A democracia do Estado de direito, portanto, mais uma das muitas facetas historicamente moldadas pelo discurso hegemônico a favor da regra geral de valorização do capital (KURZ, 1993). Além disso, se alguns países apresentam poder de veto no conselho de segurança da Organização das Nações Unidas, então, a função de nivelador - enquanto abstração - se perde diante da real condição das nações na corrida pela valorização, postas sobre a concorrência geral. Sabe-se, de antemão, que o acúmulo histórico repõe toda a sobrepujança de uma (atualmente EUA, com a economia global dolarizada<sup>34</sup> e toda a sua máquina de guerra latente) em detrimento de muitas outras.

A guerra é aceitável na medida em que procura trazer a paz, ou a democracia, ou as condições para distribuir a ajuda humanitária. E o mesmo não é válido para a democracia e para os próprios direitos humanos? Está tudo bem com os direitos humanos se eles são “repensados” para incluir a tortura e um Estado de emergência permanente. Está tudo bem com a democracia se ela está livre de seus excessos populistas e limitada àqueles suficientemente maduros para praticá-la. (ZIZEK, 2005, p. 17).

Para Zizek, a formulação necessária à questão é: *“...entre aqueles que intervêm em nome dos direitos humanos, que tipo de politização colocam em movimento contra os poderes que eles se opõem?”*

Para exemplo, está claro que a derrubada de Saddam no Iraque - com a pretensa desculpa de combate a armas de destruição em massa concedidas ao ditador na Guerra ao Kuwait -, liderada pelos Estados Unidos, legitimada em

---

<sup>34</sup> “Ali onde, junto com o trabalho, também o poder de compra entra em colapso, o capital, especulativo e excedente é direcionado para os Estados Unidos, que financiam, como se sabe, não só o seu consumo de armamento como última superpotência, mas também o consumo em massa de bens do mundo inteiro que eles frequentemente não mais produzem. Como reflexo do fluxo do capital monetário (endividamento externo), fluem excedentes não mais utilizáveis das produções dos “oásis” do resto do mundo (déficit da balança comercial para os EUA). Todo esse constructo se baseia no fato de que os Estados Unidos, com sua máquina militar sem concorrência, podem exercer controle global. O aparelho militar de alta tecnologia serve como garantia do dólar e da potência econômica agora apenas fictícia dos Estados Unidos. Esse aparelho militar representa a “confiabilidade” como última superpotência e a confiabilidade para a contínua entrada de capital monetário. (KURZ, 2005)

termos de *“pôr fim ao sofrimento do povo iraquiano sob a égide de um ditador”* (ZIZEK, 2005), não foi apenas motivada por interesses político-econômicos pragmáticos, mas também contou com uma ideia determinada acerca das condições econômicas e políticas sob as quais era para ser entregue a “liberdade” ao povo iraquiano: capitalismo liberal-democrático, inserção na economia de mercado mundial, etc.

Cabe aqui pensar sobre os diversos casos de governos destituídos ao longo da chamada “Primavera Árabe”. Seria descabido fazer defesa de qualquer representante político desses países - muitas vezes alçados ao poder, inclusive, pela própria política internacional durante a Guerra Fria, já que o domínio territorial foi o que conteve o avanço dos estados socialistas sobre o Oriente Médio -, contudo, numa pesquisa mais aprofundada, caberia avançar sobre as realidades socioeconômicas instituídas por estes em cada um desses países para compreender, dentro de suas especificidades, onde os interesses econômicos de agentes externos convergiram ou não com as diferentes manifestações políticas e se incentivaram, ou não, nas conquistas de suas demandas.

As derrubadas de Hosni Mubarak no Egito e Muammar Al-Gaddafi na Líbia são expressões claras do processo de reconstrução dos projetos políticos e sociais desses países e do seu alinhamento dentro da economia de mercado. Contudo, o Egito se tornou uma ditadura militar e a Líbia, destruída, terreno fértil para grupos como o Estado Islâmico.

A política meramente humanitária e anti-política de apenas prevenir o sofrimento equivale, portanto, a uma proibição implícita de elaborar um verdadeiro projeto coletivo de transformação sócio-político. (...) Assim, para colocar na forma leninista: hoje, o que os “direitos humanos de vítimas sofredoras do Terceiro Mundo” efetivamente significam, no discurso dominante, é o direito das próprias potências do Ocidente de intervir política, econômica, cultural e militarmente em países do Terceiro Mundo de sua escolha, em nome da defesa dos direitos humanos. (ZIZEK, 2005, p. 24 - 25)

No que se refere ao migrante – sujeitoado e mobilizado pela necessidade de trabalho, inserido dentro do contexto de uma divisão do trabalho em níveis jamais vistos -, caberia pensar então qual a possibilidade do mesmo ter suas necessidades básicas salvaguardadas por tais direitos, seja por qual for a

constituição à qual ele estiver subordinado, ou seja; independentemente de seu destino de chegada.

Pachukanis nos explica como a formação dos sujeitos jurídicos na realidade acaba de certa forma por negar as condições materiais de sua existência e as transformam numa propriedade social, estruturada em nome da produção e reprodução ampliada do capital<sup>35</sup>. Nas palavras de Biondi:

Tem-se então que o homem é colocado como sujeito em oposição às coisas que porta, e que esta categoria é abstraída do ato de troca. No mercado, os agentes detêm a liberdade formal de autodeterminação para trocar suas mercadorias e são considerados iguais, pois um não pode constranger o outro pela força na troca de valores equivalentes. Finalmente, reconhecem-se uns aos outros como proprietários dos bens que oferecem, requisito prévio para qualquer troca. Nesses termos, o sujeito de direito é um “proprietário abstrato e transposto para as nuvens”, é o desdobramento forçoso de uma sociedade que, ao se basear na produção de mercadorias, é presidida pela lei do valor, de tal sorte que “cada homem torna-se um homem em geral, cada trabalho torna-se trabalho social útil em geral, cada indivíduo torna-se um sujeito de direito abstrato. (BIONDI, 2012, p. 28)

Cabe ressaltar que a esfera do domínio, que envolve o direito subjetivo, é um fenômeno social atribuído ao indivíduo, da mesma forma que o valor (outro fenômeno social) é atribuído às coisas, que reificam o tempo médio de trabalho social necessário para sua reprodução, postos, na grande indústria, sobre um regime contratual. *O fetichismo da mercadoria, portanto, se completando com o fetichismo jurídico* (PACHUKANIS, 1988)<sup>36</sup>. Sendo essa relação fetichista e, logo

---

<sup>35</sup> "A crescente divisão do trabalho, a melhoria das comunicações e o consecutivo desenvolvimento das trocas fazem do valor uma categoria econômica, ou seja, a encarnação das relações sociais de produção que dominam o indivíduo. Mas para isso é preciso que os diferentes atos acidentais de troca se transformem numa circulação alargada e sistemática de mercadorias. Neste estágio de desenvolvimento o valor distingue-se das avaliações ocasionais, perde o seu caráter de fenômeno psíquico individual e assume um significado econômico objetivo. Condições reais são também necessárias para que o homem deixe de ser um indivíduo zoológico, sujeito jurídico abstrato e impessoal, e passe a ser uma pessoa jurídica. Tais condições reais são, por um lado, o estreitamento dos vínculos sociais e, por outro, o crescente poder da organização social, ou seja, da organização de classe que atinge o seu apogeu no Estado burguês "bem ordenado". A capacidade de ser sujeito jurídico desprende-se, então definitivamente, da personalidade concreta, vivente, deixa de ser uma função da sua vontade consciente, eficaz e transforma-se em pura propriedade social. A capacidade de agir é abstraída da capacidade jurídica, o sujeito jurídico recebe um duplo na pessoa de um representante e adquire ele mesmo a significação de um ponto matemático, de um núcleo onde se concentra certa soma de direitos." (PACHUKANIS, 1988, p.73)

<sup>36</sup> "As relações dos homens no processo de produção envolvem assim, num certo estágio de desenvolvimento, uma forma duplamente enigmática. Elas surgem, por um lado, como relações entre coisas (mercadorias) e, por outro, como relações de vontade entre unidades independentes umas das outras, porém, iguais entre si: tal como as relações entre sujeitos jurídicos. Ao lado da

fetichizada aos argumentos naturalizantes do *status quo*, abstrai das condições materiais dos sujeitos que as detêm e repõe questões sociais estruturais, das quais destaca-se o poder real de decisão sob as mãos daquele que detêm os meios para produção. Franco, resume bem o quiproquó ao qual está assentada essa formação social:

A igualdade mesma sobre a qual esse sistema de dominação se ergueu, teve suas raízes nos fundamentos econômicos de uma sociedade centrada na produção do lucro. Nela, a aquisição de riqueza como objetivo fundamental, a ausência de privilégios juridicamente estabelecidos, a ausência de tradição, fizeram com que a situação econômica se ligasse imediatamente à posição social. Considere-se, também que essa sociedade constituiu-se rapidamente a partir de uma pobreza generalizada, onde a diferenciação social era rudimentar e onde, mesmo depois de acentuadas as diversidades de estilo de vida, manteve-se, entre dominantes e dominados, um trato aparentemente nivelador. As representações igualitárias eram necessárias para sustentar um sistema de dominação e encobrir disparidades, articulando-se ao postulado das desigualdades individuais de ordem psicológica, intelectual, biológica e moral. Com efeito, é necessária a premissa de uma sociedade onde todos são potencialmente iguais, mas desigualmente capacitados para empreender sua conquista, a fim de legitimar os desequilíbrios de condição social e a exploração.” (FRANCO, 1976, p. 63)

Aqui, seria possível uma reconstrução histórica da realidade brasileira para entender as políticas migratórias, que chegou a ser função do ministério da agricultura. Nas entrevistas realizadas com alguns refugiados do centro, uma fala comum à maioria dos refugiados era a de que: “O Estado brasileiro só me dá documentos”.

---

propriedade mística do valor aparece um fenômeno não menos enigmático: o direito. Simultaneamente a relação unitária e total reveste dois aspectos abstratos e fundamentais: um aspecto econômico e outro jurídico. No desenvolvimento das categorias jurídicas, a capacidade de realizar atos de troca não é mais que uma das muitas manifestações concretas da característica geral da capacidade jurídica e da capacidade de agir.” (PACHUKANIS, 1988, p. 75-76)



## 6 - Sobre a realidade do imigrante refugiado em São Paulo

O presente capítulo, tal qual as entrevistas realizadas nesse trabalho, é fruto de uma série de idas a campo, realizadas entre julho de 2015 e novembro de 2016, visitando algumas instituições, ocupações, associações que trabalham com a acolhida e reintegração de refugiados em São Paulo e indo a alguns eventos realizados pelas mesmas.

Nessas visitas, pude conhecer projetos incríveis realizados pela sociedade civil e sociedades beneficentes, além de ONGs. Com elas pude conhecer diversas outras realidades dentro do movimento de refugiados em São Paulo, advindas tanto de profissionais que trabalham na área quanto dos próprios refugiados.

Em São Paulo destaca-se nesse excelente trabalho, que supera os níveis institucionais de políticas públicas para imigração, a Bibliaspa (Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul Países Árabes e África), a Missão Paz, a Adus (Instituto de Reintegração do Refugiado), a Oasis Solidário e algumas Mesquitas que tive a oportunidade de visitar, como as Mesquitas de Santo Amaro e a do Estado Avenida do Estado.

Em evento debate realizado no MIS (Museu da Imagem e Som), em 05/12 de 2015, promovido pela Bibliaspa sobre moradia, refúgio e a cidade, Luambo Pitchu (refugiado do Congo e representante do Movimento dos Sem Teto do Centro) abre a mesa evidenciando um pouco da realidade dos imigrantes que aqui chegam. Transcrevo a fala de Luambo, e a seguinte de Ola Al-Saghir, por essas revelarem de maneira direta a dura realidade do refugiado em São Paulo e possibilitar a discussão adiante:

*“Há 6 anos estou no Brasil como refugiado, não tenho do que reclamar... mas tenho inveja de vocês... desde 96 o Congo entrou em Guerra, já faz 19 anos, estou aqui há 6 anos e durmo tranquilamente. Só que essas coisas não fazem do Brasil um paraíso... Quando um refugiado escolhe um país para se refugiar, encontra outros problemas. Ele chega, pede refúgio e é encaminhado aos equipamentos da prefeitura. Mora temporariamente; vai morar 2 meses, 1 mês, daí tem que sair para procurar outro lugar. Uma pessoa que mal teve tempo de aprender português, quem vai entregar uma casa pra ele alugar?! Outra coisa,*

quando ele chega aqui, o refugiado já tem uma formação lá no país de origem, mas tem que procurar outro emprego, que exige experiência na carteira. Quer dizer; a condição de refugiado é a mesma de um menor aprendiz, o salário que ganha não dá condição de alugar uma casa. Porque o refugiado vai morar em cortiços ou ocupações? Porque o salário médio não é muito, não dá condições... É como se fosse um primeiro emprego. Quando começa a trabalhar sempre tem aquela ideia de o patrão achar que está te ajudando, lhe dando um primeiro emprego. Mas mal passa a experiência e você já é mandado embora. Quando a pessoa sai da casa de acolhida – que tem só quatro aqui em São Paulo. Outras pessoas vão aos albergues, onde geralmente tem muitos moradores de rua. Imagina, a condição de um refugiado, que sai do seu país, chega e se envolve com outras coisas... Um dia eu fui num albergue, atrás de Santana, quando entrei lá fiquei até com medo de sair. Mas lá tem suporte dos advogados. Quando o refugiado sai de lá daí já não tem nada, fica por si mesmo. Daí as pessoas tem que se aproveitar dos movimentos de moradia. O que tá sendo feito no MSTC? É pegar (resgatar) esses refugiados, como tem só moradia temporária de 3 meses... tem processo de moradia definitiva mas não provisória pro refugiado, porque pra alugar uma casa não é fácil, você precisa de documento, de fiador... vai pra onde? Nem o dinheiro que você ganha dá pra alugar uma casa descente, a opção é muitas vezes entrar em um movimento de ocupação, mas como saber que o movimento não vai te explorar? O MSTC (Movimento Sem Teto do Centro) reivindica um lugar para as pessoas poderem dormir... Mesmo assim, vai passar 3 meses no equipamento da prefeitura. Só que tem de entrar as 19h para sair as 7h, o resto de todo esse tempo você tem que passar na rua se não conseguir arranjar um trabalho. Arranjar um trabalho é difícil... Imagina então, a pessoa que tinha uma família “lá”, chega aqui e vira morador de rua. Ontem eu passei lá no CRAI (Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes), tava fazendo um trabalho de observação, chegou uma moça grávida de 5 meses, foi mandada na “tenda”, a tenda fica na pista, junto com todo mundo, dormiu no chão durante 2 dias... As pessoas só comentam, só falam que os refugiados são preguiçosos, gostam das coisas fáceis, querem só entrar nas ocupações... Não! Não é o que nós queremos! É o que as condições nos permitem! E as ocupações são o único lugar onde podemos fazer a troca de cultura, porque só lá temos contato direto com o povo brasileiro. Na rua todo mundo tem medo da gente, porque

*generalizam. Um dia atrás fui parado na rua, estava saindo da aula, tinha ido dar uma palestra numa escola, dois policiais me pararam e disseram: Você fuma droga? Eu respondi que não. Perguntaram: Você é comunista? Pra mim essa pergunta não cabia, não entendi o porquê. Daí eu falei: O que é comunista pra vocês? Daí deram risada e disseram: Então, você não sabe o que é comunista? Onde você está indo? Indo para uma escola. Fazer? Ir dar uma palestra. Sobre o que? Sobre a discriminação, preconceito e a homofobia. Daí perguntaram: Então você foi discriminado? Respondi que não e fui embora. Nós não temos essa sorte de ter contato, de trocar a nossa cultura, independente de deixarmos nossa casa lá... mas nós não temos lugares, todo mundo duvida da gente, porque a mídia... O que que passa na mídia? Sempre a mesma coisa! Só que o único lugar onde nós podemos conviver e morar com alguma decência é nas ocupações.*

A fala de Luambo Pitchou exprime uma realidade triste que acomete não só imigrantes e refugiados, mas também os próprios brasileiros. E denota as bases em que estão assentadas as condições do mercado de trabalho brasileiro<sup>37</sup>, sendo subempregos e exploração do trabalho uma marca já corriqueira. A fala de Ola Al-Saghir, refugiada síria, também coloca em evidencia a condição do refugiado que escolher vir para São Paulo.

*“Estou no Brasil fazem 8 meses junto com meu marido e filho. Sou dupla refugiada, refugiada palestina na Síria e agora refugiada no Brasil. Por causa da crise na Síria fui ao Egito, mas por problemas de documentação e dificuldade de arranjar trabalho saímos de lá. Outra possibilidade seria a Europa, mas preferimos não ir por causa do perigo e do alto custo para ir. Outra possibilidade*

---

<sup>37</sup> “A reestruturação produtiva em curso desde o final dos anos 80, e mais intensamente a partir da segunda metade dos 90, altera o cenário dos atores e redefine as condições da ação coletiva e reconfigura territórios e suas hierarquias no espaço nacional na lógica transnacional de redes produtivas que transbordam (ou implodem) as antigas definições nacionais, setoriais e categorias de atividades econômicas e grupos sociais (e suas formas de representação), ao mesmo tempo em que as formas de emprego são pulverizadas nas trilhas territorializadas das redes de subcontratação. O que hoje é chamado de flexibilização do trabalho (leia-se: dos direitos que regem ou regiam o contrato de trabalho) significa, na verdade, a desmontagem das mediações jurídicas, políticas e institucionais que conformavam o trabalho nas formas do emprego.” (TELLES, 2006, p. 45)

*então era vir ao Brasil, com visto oficial, de avião e em plena segurança... Viemos para cá. Não conhecíamos ninguém no Brasil, não sabíamos nada do país. Não tinha ninguém nos esperando no aeroporto... Reservamos um hotel por poucos dias pela internet. Mas não tínhamos a menor ideia de onde era e também não tínhamos como ficar muitos dias. Nos comunicávamos com bastante dificuldade. Fomos a polícia federal e fizemos a solicitação de documentos. Não podíamos permanecer no hotel, então saímos para procurar um lugar para morar e através de um árabe que conhecemos e que nos ajudou, conseguimos alugar uma casa em Guarulhos. Mudamos para um apartamento sem nada, arranjamos um colchão... O dono do imóvel exigiu 3 meses de depósito e desde o começo já sabíamos que não teríamos dinheiro para permanecer ali depois desse período, então passamos a procurar trabalho. Os trabalhos ofereciam sempre menos que o valor do aluguel do apartamento e a língua era sempre um impeditivo para arranjar um trabalho melhor. Logo o meu irmão que estava na Malásia, minha irmã que estava na Turquia e minha mãe que estava na Síria vieram para o Brasil, mas o dono do imóvel não aceitava uma família tão numerosa no apartamento, então fomos procurar outro imóvel mais próximo de São Paulo... No meio desse tempo eu engravidei. Não foi nada planejado, mas seja como Deus quiser. Passamos a procurar um médico para acompanhar a gravidez... Há muitas dificuldades para arranjar uma casa no Brasil; a necessidade de um fiador brasileiro, depósitos de 3 meses, comprovante de renda, extratos de banco de 6 meses, pagamento de calção de depósito. Não há nenhum suporte para os refugiados no sentido de moradia, atendimento médico, trabalho... é muito importante pensar nessas questões! Acredito que muita gente ignore a situação dos refugiados ou desconfie deles. É importante que o Brasil não apenas abra as portas, mas ofereça infraestrutura e facilite a vida deles... Muitos dos refugiados tentam se integrar a sociedade brasileira e acredito que um caminho muito importante seja a música. A música talvez seja a linguagem que mais propicia a integração entre as pessoas. Participo de um grupo de música da Bibliaspa que promove essa interação por meio da música. Agradeço muito a oportunidade de estar aqui e espero que esses debates, esses eventos, possibilitem que a infraestrutura de acolhida para os refugiados seja ampliada, melhorada, para os refugiados que estão e os que possam vir. Muito obrigado.*

Ainda no mesmo evento, pude ouvir também a fala de Carmen Silva, Líder do MSTC que sendo brasileira, nordestina, migrante e militante, destaca em sua fala as mazelas das quais a sociedade brasileira é vítima e algoz há longas décadas. Preconceito, desemprego, choques culturais, falta de inclusão social, falta de moradia, falta de bens públicos que são vistos como privilégios, enquanto deveriam ser direitos (“de acordo com a Constituição Cidadã de 88”), são a expressão de uma sociedade que, para ela, ainda não se libertou de “seus grilhões”.

Carmen destaca ainda que o “movimento social consegue ser mais sensível a situação dos migrantes do que determinadas instituições sociais no contexto sócio econômico brasileiro”. Lembra ainda que os refugiados não tem sequer o direito de participar de movimentos de ocupação<sup>38</sup>, com a documentação também sendo impeditivo na garantia de “direitos previstos na constituição”. O último censo demográfico (2010) evidencia uma contradição que denota a perversidade dos grandes centros urbanos com a supervalorização de imóveis, segundo ele são 1,112 milhão de moradias vazias<sup>39</sup>.

Cabe aqui um paralelo entre o que já foi apresentado no trabalho sobre teoria do valor, pois o déficit habitacional é expressão direta do capital financeiro agindo sobre a economia das cidades. Já que renda é a contribuição da base física da produção, a terra. Que por sua vez é colocada em um mercado dinâmico de valorização ficcionalizada em ativos. A financeirização da economia acarreta diretamente no preço do metro quadrado urbano e em vista de toda a dinamização das forças produtivas e redução dos postos de trabalho, inviabiliza cada vez mais o acesso a habitação:

---

<sup>38</sup> “A nova lei de imigração que tramita no congresso seria uma chance de eliminar certas regras. Já que ao proibir a participação de estrangeiros em manifestações políticas e a filiação a sindicatos, o Estatuto do Estrangeiro trata a migração não como direito, mas ameaça à segurança nacional. Espera-se que a Nova Lei de Migração elimine essa visão.” (MELO, 2017)

<sup>39</sup> “Os primeiros dados do Censo 2010 divulgados pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o número de domicílios vagos no País é maior que o déficit habitacional brasileiro. (...) O censo mostrou que São Paulo é o estado com o maior número de domicílios vagos. O número de moradias vazias chega a 1,112 milhão. Já de acordo com o Sinduscon-SP, são 1,127 milhão de famílias sem teto ou sem uma casa adequada. Portanto, na hipótese de que essas casas vagas fossem ocupadas por uma família, só 15 mil moradias precisariam ser construídas para solucionar o déficit habitacional do estado.” (Agência Brasil, 2010)

“34 - Se o capital a juros consiste no adiantamento de recursos monetários (empréstimo) visando a dedução dos lucros futuros, a renda da terra aparece como um adiantamento estabelecido para que futuramente aquela propriedade possa ser utilizada. Na verdade, dado que a renda é determinada pelo *potencial* das características intrínsecas da propriedade, seja suas qualidades físicas ou sua localização, então a renda nada mais é do que capital a juros na forma especulativa mais precisa de todas, isto é, o *adiantamento de ganhos futuros*. É a especulação que vemos aqui no sentido original do termo – acompanhar ao longo do tempo, observar o movimento. É a categoria do tempo que remete aqui à singularidade rentista dessa forma de propriedade. A propriedade da terra poderia, por isso, ser descrita nos termos mais adequados como uma forma de capital a juros. Melhor dizendo: já que remete à antecipação de ganhos de longo prazo, que podem vir a ser produzidos ou nunca ser realizados, a propriedade da terra é a base mesma do *capital fictício* – a materialização monetária no presente de recursos, valores, que sequer existem ainda, amparado apenas na expectativa de sua realização futura. O vínculo entre renda e teoria do valor novamente se estabelece, ainda que por via negativa: a propriedade se torna uma garantia (frágil e instável) de obter futuramente a produção de valor nos limites daquela terra. (...) 35 - E aqui estamos ainda no nível mais básico desse sistema, em que para dar início à obra é preciso adiantar para os proprietários a renda fundada na expectativa de um futuro uso da construção a ser erguida na propriedade. Na medida em que o monopólio da terra oferece limites à atuação do capital da construção, então os próprios títulos de propriedade se tornam objetos de mobilização no mercado. A intermediação financeira atinge mesmo os títulos de propriedade ampliando a lógica da circulação monetária: ao adquirir a propriedade para construir um edifício de apartamentos, por exemplo, uma empreiteira pode simplesmente, durante o processo mesmo de produção, repassar os títulos de propriedade das futuras residências para uma instituição bancária que ficará a cargo de oferecê-los no mercado. A propriedade não apenas circula rapidamente nesse caso, sendo fracionada na medida mesmo de sua ampliação (fração ideal), como pode ainda servir novamente como meio de adiantamento de recursos e de obtenção de juros – por exemplo, se o banco vende os apartamentos através de financiamento de longo prazo para os futuros proprietários. Por sua vez, essas cartas de financiamento imobiliário podem ser convertidas em títulos financeiros se transformadas em dinheiro de crédito, ativos num mercado secundário. Essa duplicação complexifica e torna indissociáveis as várias formas de rendimento envolvidas na produção imobiliária – renda, juros e lucro. É possível mesmo ainda que os títulos de propriedade sejam mantidos em espera de futura capitalização, aguardando uma modificação, por exemplo, nas condições externas do imóvel – se o Estado investir em serviços públicos, infraestrutura ou mesmo se empreendimentos privados favoráveis forem erguidos na vizinhança, então a renda diferencial se elevará. Na prática, a complexa configuração alcançada pelo sistema monetário com a financeirização, isto é, a intermediação de capital a juros, impede o isolamento das formas de capital envolvidas e mesmo dos resultados monetários obtidos – os variados rendimentos. (BOTELHO, 2016)

Cabe ressaltar, contudo, que não se trata aqui de discutir a reificação da crise imobiliária como objeto de estudo e sua consequente alta dos preços de imóveis e seus aluguéis como resultado da crise capitalista, mas como uma de

suas muitas manifestações fenomênicas, que incutem diretamente na vida social de quem necessita e não consegue acesso a habitação.

Em agosto de 2015, tive a oportunidade de ir a um evento organizado na ocupação Leila Khaled no bairro da Liberdade - a ocupação forneceu e ainda fornece um teto para muitos refugiados sírios e palestinos que aqui chegaram nos últimos anos. Nela, tive a oportunidade de conhecer e entrevistar Nour e Uissam, ambos refugiados sírios e já apresentados ao longo do trabalho. Uissam era palestino já refugiado na Síria, portanto duplamente refugiado no Brasil, e Nour natural de Damasco. Ambos possuíam formações no seus países de origem<sup>40</sup>.

*Uissam: Eu estudei engenharia naval e minha mulher era professora de língua inglesa, nós viemos aqui para o Brasil porque o país nos deu permanência, mas as coisas não são fáceis também, o custo de vida aqui é altíssimo, pago 1200 reais de aluguel fora a água e a luz e o resto das coisas (compras). Eu não achei um serviço para minha profissão, mas também pela dificuldade porque eu não domino o idioma, então fui obrigado a deixar minha esposa fazer comida árabe e doces para nos sustentar, vender nas ruas, trabalhar para cobrir o aluguel de casa. O resto das coisas, roupa, comida, ela consegue das igrejas. A minha mulher vende na mesquita São Paulo, na Avenida do Estado e também na mesquita de Santo Amaro. Eu não conheço muitos árabes aqui, mas eles tem me ajudado comprando.*

*Nour: Estou sem trabalho faz 1 mês, estudei moda na Síria, me formei, mas muito difícil achar trabalho nessa área aqui no Brasil, estou aqui há 2 anos, aprendi português sozinho, minha tia está aqui há 35 anos, moro no Tatuapé.*

---

<sup>40</sup> Sobre isso vale a boa notícia: “Foi anunciado neste mês (dezembro de 2016) que o processo de reconhecimento de diplomas de cursos superiores obtidos no exterior deverá ser admitido e concluído no prazo de até 180 dias. A mudança nos procedimentos ocorreu porque formados fora do país estavam levando até 3 anos para conseguir que seus pedidos fossem avaliados. (...) Os diplomas podem ser revalidados por universidades públicas brasileiras que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente. (...) Segundo a portaria nº 791 publicada no Diário Oficial da União no último dia 14, as instituições possuem agora também um prazo de 30 dias para informar a abertura ou não do processo após o recebimento dos documentos necessários.” (GANDINI, 2016)

Talal Al-Tinawi é mais um exemplo de como as ONGs e sociedades beneficentes podem ajudar mais o refugiado do que as políticas públicas oferecidas. Engenheiro mecânico na Síria, Talal está no Brasil desde 2013 com sua família. Em um evento organizado pela Bibliaspa, sobre empreendedorismo, nos conta que também ficou famoso por conta de suas habilidades culinárias e abriu um restaurante no bairro do Brooklin junto de sua mulher Ghazal.

Talal, tal como outros refugiados, começou participando das oficinas e bazares solidários promovidos pelas Adus e logo conquistaria uma série de amigos que o ajudariam com a campanha de financiamento coletivo para abrir um serviço de entrega de comida árabe, que evoluiu para o restaurante. Nele, além da ótima comida tradicional, Talal ainda oferece cursos e palestras em seu restaurante sobre culinária, o conflito na Síria e idioma árabe.



## 7 - Considerações sobre a crise do trabalho como forma estruturante da sociedade capitalista

Para o entendimento da gravidade que a crise do trabalho representa para a sociedade moderna, é preciso retomar o conceito de trabalho abstrato<sup>41</sup> e seu papel central na constituição do sistema capitalista. Outro aspecto importante a se considerar, é a posição histórica central do Estado à serviço da modernização, desde sua secular e violenta implementação nas metrópoles do capital. Aqui cabe todo um campo de discussão no âmbito das leituras marxianas, sendo possível uma gigantesca bibliografia de autores que se debruçaram sobre o tema. Tento aqui, através de alguns, mostrar a pertinência desse debate no âmbito das relações sociais a que estamos sujeitos.

No contexto da crise do trabalho, a superpopulação relativa poderia se realizar com cada vez menos gente, porque o exército industrial de reserva progressivamente perde expressão. Isso significa que, após a revolução tecnológica da microeletrônica e da aplicação científica, a produção capitalista depende cada vez menos da força de trabalho humana para a sua realização na forma ampliada. Portanto, os contingentes sobrantes e suas forças de trabalho não ficariam mais à espera de um trabalho, mas, na nova realidade, seriam jogados definitivamente na marginalidade social, excluídos da possibilidade de reproduzir sua vida através do trabalho, sobretudo formal.

O trabalho abstrato, que até aqui tinha funcionado como forma fetichista de integração social, revela aquilo que nunca deixou de ser:

---

<sup>41</sup> O próprio processo capitalista priva-se, em última instância, das condições do seu funcionamento, na medida em que ele minimiza a sua própria substância (o trabalho abstrato). Não cabe aqui esmiuçar o tema, o que superaria os limites da pesquisa, mas apresenta-lo: “Não seria possível para Marx, entretanto, tecer sua significativa crítica à economia política se não se observasse o ser do capital posto na identidade pela contradição entre o modo de ser e o de sua apresentação. É nesta distinção que se torna possível observar, aliás, a imanência da crise que destitui, como forma lógica e operacional de o capital, os seus próprios fundamentos. A crise dos tempos de trabalhos individuais sendo a efetividade desta destituição. Isso leva Marx a expressar em *O capital*, a efetividade de uma lógica negativa do capital. É de se perguntar, aliás, como construir os pressupostos de uma crítica ao moderno e à modernização se não reconhecer a crise do capital para com ele mesmo como forma de sua negatividade? (...) O problema de uma consciência crítica leva necessariamente ao reconhecimento de que a lógica categorial do capital define uma relação necessária cuja efetividade é a negação de sua condição categorial, sendo a crise do trabalho a forma mais expressiva desta razão irracional. A crítica objetiva do capital carece subjetivar-se enquanto forma de consciência prática em que o capital não detém esta negatividade para com ele mesmo. (...) Numa perspectiva temporal, a realização do trabalho é sua destituição.” (ALFREDO, 2010, p. 42)

uma violentíssima forma de exclusão social. Há muito que isto é evidente na urbanização do continente africano que, incapaz de concorrer no mercado global, apresenta fenómenos de uma miserável hiper-urbanização sem a correspondente criação de emprego, ao contrário do que se verificou na história da urbanização europeia. Mas também há muito que os fenómenos de desemprego estrutural massificado atingem as megalópoles dos países do centro do sistema mundial de trabalho abstrato. E se a isto juntarmos a urbanização financiada a capital fictício e o custo crescente de manutenção de uma infraestrutura social urbana improdutiva do ponto de vista do capital, ela própria garantida através de dívida pública, parece de facto haver motivos para assombro no sistema urbano capitalista mundial. Depois da “explosão urbana” dos últimos dois séculos, existem agora sérios riscos de muitas cidades se tornarem verdadeiros “barris de pólvora”. (LAMAS, 2013)

O crescimento deste fenómeno inviabiliza a continuidade da organização social vigente, haja vista as desgraças produzidas como as já descritas no primeiro capítulo, solapando, principalmente, países de modernização retardatária e os incapazes de sanar suas dívidas. A explosão de sangrentos conflitos étnico-religiosos, cujas motivações são, na realidade, de ordem económica e cujos desdobramentos podem ser traduzidos em morte, miséria ou fuga.

São multidões de refugiados produzidos pela crise do trabalho ou pelos frenéticos processos de modernização, ambos reflexos da estrutura de desenvolvimento das forças produtivas, que promovem milhares e até milhões de pessoas jogadas ao desespero e ao caos<sup>42</sup>. Pessoas que deixam suas terras, seu cotidiano, seus pertences e suas esperanças em busca de um destino melhor.

Cabe ressaltar que a crise estrutural do capitalismo se apresenta como uma enorme crise da produção de valor. Nas palavras de Oliveira:

---

<sup>42</sup> “A migração atual tem outra finalidade: não é mais limitada a determinadas levas não-simultâneas da modernização em diversos países, mas é universal e global; realiza-se quase em todos os lugares simultaneamente e se demonstra em novas dimensões. A causa: a nova migração maciça desde o final do século XX é consequência de uma nova crise socioeconômica da terceira revolução industrial, que possui diretamente um carácter global. Microeletrônica, tecnologia de informação e globalização do capital produzem, além de todas as barreiras nacionais e culturais, uma sociedade mundial imediata, mas não positivamente como uma conquista, e sim negativamente como processo de dessecação económica: cada vez mais pessoas se tornam “supérfluas”, porque não podem mais vender a força de trabalho” (KURZ, 2005)

“Marx chamou os salários de “capital variável”, exatamente porque se trata de um adiantamento do capitalista aos trabalhadores; é “variável” porque sua resultante na formação da mais-valia depende das proporções de emprego da mão-de-obra e dos tempos de trabalho pago e não-pago. Além disso, no lucro como recuperação da mais-valia, ela depende da realização ou não do valor. Ora, a tendência moderna do capital é a de suprimir o adiantamento de capital: o pagamento dos trabalhadores não será um adiantamento do capital, mas dependerá dos resultados das vendas dos produtos-mercadorias. Nas formas da terceirização, do trabalho precário, e, entre nós, do que continua a se chamar “trabalho informal”, está uma mudança radical na determinação do capital variável. Assim, por estranho que pareça, os rendimentos dos trabalhadores agora dependem da realização do valor das mercadorias, o que não ocorria antes; nos setores ainda dominados pela forma-salário, isso continua a valer, tanto assim que a reação dos capitalistas é desempregar força de trabalho. Mas o setor informal apenas anuncia o futuro do setor formal. O conjunto de trabalhadores é transformado em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente. Daí, termina a variabilidade do capital antes na forma de adiantamento do capitalista. É quase como se os rendimentos do trabalhador agora despendessem do lucro dos capitalistas. Disso decorrem todos os novos ajustamentos no estatuto do trabalho e do trabalhador, forma própria do capitalismo globalizado. Como “capital variável”, os salários eram “custos”: como dependentes da venda de mercadorias/produtos, os rendimentos do trabalho, que não são mais adiantamento do capital, já não são “custo” (...) Disso decorre que os postos de trabalho não podem ser fixos, que os trabalhadores não podem ter contratos de trabalho, e que as regras do Welfare tornaram-se obstáculos à realização do valor e do lucro, pois persistem em fazer dos salários – e dos salários indiretos – um adiantamento do capital e um “custo” do capital. Mas o fenômeno que preside tudo é a enorme produtividade do trabalho: se o capital não podia igualar tempo de trabalho a tempo de produção pela existência de uma jornada de trabalho, e pelos direitos dos trabalhadores, então se suprime a jornada de trabalho, pois já não existe medida de tempo de trabalho sobre o qual se ergueram os direitos do Welfare, ou os direitos do Anti-valor, como Paulo Arantes batizou o conjunto de textos que escrevi sobre o tema. Os serviços são o lugar da divisão do trabalho onde essa ruptura já aparece com clareza. (OLIVEIRA, 2003, p. 136 – 137)

Aqui, vale as falas de Áala. Refugiado sírio que frequentava as aulas de português oferecidas pela Missão Paz para destrinchar o como isso reflete na vida dos que aqui chegam:

*Trabalho em uma loja de acessórios para celular, na 25 de Março, tem muitos sírios trabalhando aqui, meu primo também trabalha comigo... Tem bastante gente de lá por aqui, em restaurantes, loja de roupas. Eu não tive problemas com*

*documentos, já tenho o RG e o CPF, mas agora falta o RNE, porque sem o registro não me dão carteira de trabalho*<sup>43</sup>.

Repõe-se, a partir daí toda a problemática sobre a acessibilidade e as benesses da modernização, principalmente para os que chegam sem dominar o idioma. Já que sem a carteira de trabalho, como conseguir comprovar renda? Como conseguir fiador? A fala de Álaa é sucinta, mas, por conseguinte, suscita todo um debate a respeito da acessibilidade.

Fica evidente que os ditos Estados se veem como administradores de uma crise que são incapazes de resolver. Procurando sempre por soluções que caminhem na esteira da dinamização e, portanto, também reféns de capitais para a atuação nos problemas criados pela economia de mercado<sup>44</sup>. Para Kurz (1994) o Estado como empresário<sup>45</sup> aparece sobretudo nas sociedades de

---

<sup>43</sup> A partir da fala de Álaa, fica pertinente a colocação de Oliveira: “A tendência à formalização das relações salariais estancou nos anos 1980, e expandiu-se o que ainda é impropriamente chamado de trabalho informal. Entroncando com a chamada reestruturação produtiva, assiste-se ao que Castel chama a “desfiliação”, isto é, a desconstrução da relação salarial, que se dá em todos os níveis e setores. Terceirização, precarização, flexibilização, desemprego a taxas de 20,6% na Grande São Paulo – dados para abril de 2003, pesquisa Seade-Dieese para São Paulo (Folha de S.Paulo, 29 de maio de 2003) -, e não tão contraditoriamente como se pensa, ocupação, e não mais emprego: grupos de jovens nos cruzamentos vendendo qualquer coisa, entregando propaganda de novos apartamentos, lavando-sujando vidros de carros, ambulantes por todos os lugares.” (OLIVEIRA, 2003, p. 142)

<sup>44</sup> “O segundo nível da atividade crescente do Estado são os problemas sociais e ecológicos, resultantes da economia de mercado. A modernização não dissolveu apenas os vínculos tradicionais, mas igualmente os contratos sociais e os contratos entre as gerações, que esses vínculos envolviam. O lugar de sistemas sociais locais, pessoais, familiares e naturais de educação dos filhos, de amparo dos doentes e das pessoas necessitadas de cuidados especiais, bem como de garantia do sustento na velhice, precisou ser ocupado cada vez mais por sistemas sociais nacionais, impessoais, públicos, que tinham a forma da mercadoria e do dinheiro. Não o mercado, mas tão somente o Estado, podia assumir essa tarefa, pois a economia de mercado, enquanto tal, não tem nenhuma sensibilidade e nenhum órgão para as etapas da vida humana, que são expulsas para fora do processo incessante de transformação do trabalho em dinheiro, ou que não podem, por sua própria natureza, coincidir com este processo. Dependendo do patamar de desenvolvimento, da história e da capacidade de sobrevivência no mercado mundial, essa atividade do Estado naturalmente é muito distinta de um país para outro e está regulamentada de forma mais ou menos pronunciada, mas a sua expansão secular na esteira da expansão das relações de mercado é incontestável. (KURZ, 1994)

<sup>45</sup> Vale aqui o exemplo de Botelho: “40 - O fato de que a renda da terra tenha se imiscuído de tal forma nos negócios que até mesmo instituições públicas hoje se tornem promotoras ou corretoras imobiliárias deve ser visto como o sinal de que as condições internas para a reprodução capitalista estão enfrentando dificuldades monumentais. A crise estrutural do capitalismo, resultado de uma série de processos complexos, é uma crise da produção de valor. A enorme produtividade capitalista não apenas reduziu ao mínimo o tempo de trabalho presente

"modernização tardia", quer dizer; entre os países que entraram tarde no moderno sistema produtor de mercadorias." Isso ocorre porque em muitos países somente a máquina estatal podia alavancar, através da acumulação centralizada do "trabalho abstrato" (Marx), a tentativa de estabelecer uma conexão com os países desenvolvidos.

O Estado não pode ficar sem os créditos por suas contribuições e nem pode ficar de fora da trindade, que se completa com o dinheiro, a terra, a maquinaria e outros meios de produção. O Estado, através de seu poder político de influência para com a sociedade, através de uma democracia consolidada pela clamor popular através do voto - porém solapada pelo poder econômico -, implanta e preserva a ordem vigente, protege a propriedade privada a todo custo, pune e vigia os movimentos sociais, garante a observância da moral e dos bons costumes pelo rigor da lei, intervém na economia nos casos em que a regulação pode evitar recessões ou crises, se utilizando da produção social para resgatar as insolvências colossais de setores privados (só o Estado pode ficar com prejuízos e distribuí-lo socialmente), presta suporte às castas dirigentes através de subsídios, créditos facilitados e incentivos fiscais a todo o momento. O Estado já não pode agir de maneira autônoma frente ao dinheiro.

---

nas mercadorias, impedindo assim o acréscimo periódico de uma massa de valor nova capaz de fazer o sistema se reproduzir ampliadamente, como ainda dispensa aos borbotões milhões de trabalhadores, em todo o mundo, do processo de produção. A dificuldade de criar no "aqui e agora" da dinâmica capitalista a energia capaz de fazer funcionar essa sociedade têm como consequência a antecipação cada vez mais intensa de presumidos ganhos futuros. A utilização ficcionalizada no presente de uma massa monetária gigantesca, lastreada em nada além do que a almejada ilusão de sua produção futura, tem por objetivo compensar os danos provocados à produção de valor. " (BOTELHO, 2016)

## 8 - Considerações Finais

Acredito que o mais importante ao final da realização desse trabalho seja estabelecer alguns paralelos entre o que se esperava encontrar e o que, de fato, se encontrou. Portanto, dúvidas pululam diante da complexidade que se é tomar o universo da relação social Capital e um fenômeno que é manifestação direta de seu processo em escala global.

Se as migrações modernas são o reflexo direto de uma sociedade objetiva, que tem como direção a valorização do valor travada de desenvolvimento socioeconômico, como apresentar isso historicamente sem perder de vista a violência inerente acarretada pelo processo? Como tratar das migrações e da esfera de políticas públicas sem descaracterizar sua pertinência para com as pessoas sujeitadas as contradições que essa própria sociedade produz? Como considerar suas identidades em meio ao processo e suas diferentes contribuições?

A presente pesquisa tentou se imbuir de assuntos mais profundos, como, por exemplo; Como construir uma crítica aos direitos humanos sem, necessariamente, desconsiderar a pertinência que tem como nivelador de uma sociedade que não se pensa nem como contraditória e que repõe a própria violência como forma de acumulação e, portanto, realização? Acredito que a história de construção das relações jurídicas, muito bem apresentadas pelos argumentos de Pachukanis, venha a dar algum norte a reflexão.

Frente a tamanha barbárie que a estrutura capitalista reproduz, como construir uma crítica estrutural que, considerando a pertinência dos sujeitos em suas razões fetichistas, não a legitime? Logo, como lidar com a racionalidade/racionalização da ciência de maneira crítica nesse processo?

Como lidar com a relação de sujeição categorial e tomá-la para si como objeto de análise?

Acredito que a presente pesquisa, de maneira inexperiente, tenha tentado trilhar por esses caminhos tortuosos sem necessariamente apontar saídas, mas reflexões.

## Bibliografia

ALFREDO, Anselmo. **Crise Imanente, Abstração Espacial. Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica**. São Paulo: Terra Livre, 2010. Ano 26, V.I, n.34.

BBC. **Os países que mais recebem refugiados sírios**, 2015. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150910\\_vizinhos\\_refugiados\\_lk](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150910_vizinhos_refugiados_lk) Acessado em dezembro de 2015

BIONDI, Pablo. **Os direitos humanos e sociais e o capitalismo: Elementos para uma crítica**. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, 2012.

BOTELHO, Maurilio L. **Renda da terra e capitalização em David Harvey**. Notas sobre o caráter especulativo da propriedade imobiliária. Disponível em: <https://espacoeconomia.revues.org/2273#ftn10>) Acesso em 10/01/2017

CAMARERO, Artur A. C. **Armênios em São Paulo: Mobilização e Genocídio**. Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia, 2013.

DEFFONTAINES, Pierre. **Mascates ou pequenos negociantes ambulantes do Brasil**. São Paulo: Boletim Geográfico, v.55, 1947.

DUOUN, Taufik. **A emigração Sírio-Libanesa às terras da promessa**. São Paulo: Tipografia Editora árabe, 1944.

FARRAN, Thomas. **A equação síria**, 2016. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/arabizando/2016/12/29/a-equacao-siria/> Acesso em 05/01/2017

FLECK, Isabel. **Trump quer aumentar em US\$ 54 bilhões orçamento militar dos EUA**, 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/02/1862349-trump-quer-aumentar-em-us-54-bilhoes-orcamento-militar-dos-eua.shtml> Acesso em 01/03/2017

FRANCO, M. S. **As ideias estão no lugar**. São Paulo: In Brasiliense, *Cadernos de Debates*, n.1.,1976.

GANDINI, Arthur. **Árabes buscam validar no Brasil seus diplomas de graduação**, 2016. Disponível em: <http://www.icarabe.org/node/2898> Acesso em 10/01/2017.

GAUDEMAR, Jean P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editora Estampa, 1977  
GRUPO KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. São Paulo: Cadernos do LABUR, 1999

LAMAS, Bruno. **A “explosão da cidade” e a trajetória do capitalismo**. Versão escrita de uma apresentação efetuada em Lisboa, em 3 de Outubro de 2013.

Disponível em: [http://www.obeco-online.org/bruno\\_lamas2.htm](http://www.obeco-online.org/bruno_lamas2.htm) Acesso em 20/02/2017.

HARVEY, David. **A condição pós moderna**. São Paulo: Ed.Loyola, 1989.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Ed. AnnaBlume, 2005

HEIDEMANN, Dieter. **Os migrantes e a crise da sociedade de trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação**. São Paulo: Paulinas. In: Migrações: discriminação e alternativas. Organização, Serviço Pastoral dos Migrantes. 2004.

HEIDEMANN, Dieter . **Deslocamentos populacionais e mobilidade fictícia: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador**. In: Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010, 1 ed., v. 1. Organização, Sidney Antonio da Silva, 2010.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**, São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

HOPWOOD, Derek. **Syria 1945-1986 (RLE Syria): Politics and Society**. Londres: Unwin Hyman, 1988. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=qgY3AgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=qgY3AgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false) Acesso em 08/10/2016.

JAPPE, Anselm. **Falta um horizonte pós-capitalista**, 2014. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/protestos-falta-um-horizonte-pos-capitalista/> Acesso em 06/06/2016.

KNOWLTON, Clark. **Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial**. São Paulo: Anhambi, 1960.

KURZ, Robert. **A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política**. Conferência lida no Colóquio: "Capital e Estado na América Latina", Agosto de 1994. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz66.htm> Acesso em 10/12/2016.

KURZ, Robert. **Barbárie, Migração e Guerras de Ordenamento Mundial**. Conferência Proferida no Fórum social Mundial, Porto Alegre, 2005.

Kurz, Robert. Canhões e Capitalismo. **A revolução militar como origem da modernidade**. Publicado na Folha de São Paulo, 30 de Março de 1997 com o título A Origem Destrutiva do Capitalismo. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz2.htm> Acesso em 10/12/2016.

KURZ, Robert. **O colapso de modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.



MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, vol. 2, 4ªed, 1987.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, Livro Primeiro, 1988.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, Livro Segundo, 1988.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, Livro Terceiro, 1988.

MELO, Débora. **Brasil, de portas quase fechadas aos refugiados**, 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/942/brasil-de-portas-quase-fechadas-aos-refugiados> Acesso em 11/03/2017

NOSSA, Leonêncio. Justiça mantém sem-terra presos com base na lei antiterrorismo, 2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,justica-mantem-sem-terra-presos-com-base-na-lei-antiterrorismo,10000066632> Acesso em 10/09/2016.

OLIVEIRA, Chico de O. **O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PACHUKANIS, Evgene. **Teoria geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

PÉREZ, Claudi. **Fluxo de ilegais na UE bate recordes em 2014, com 270.000**, 2015. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/02/internacional/1420231862\\_963736.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/02/internacional/1420231862_963736.html) Acesso em 07/06/2016

PORTAL BRASIL, **Número de casas vazias supera déficit habitacional do País, indica Censo 2010**, 2010. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2010/12/numero-de-casas-vazias-supera-deficit-habitacional-do-pais-indica-censo-2010> Acesso em 05/10/2016.

POSTONE, Moishe. **Tempo Trabalho e Dominação Social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

SILVA, Allan R.C. **Africanos em São Paulo, Estudo de mobilidade do trabalho**. Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia, 2010.

TELLES, Vera da S. **Nas tramas da cidade: Trajetórias Urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. Disponível em: <http://sociologia.fflch.usp.br/sites/sociologia.fflch.usp.br/files/LIVRO%20-%20Nas%20Tramas%20da%20Cidade.pdf>. Acesso em 02/11/2016.

TRUZZI, Oswaldo M.S. **DE MASCATES A DOUTORES: sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

TRUZZI, Oswaldo M. S. **Patrícios: Sírios e Libaneses**. São Paulo: Hucitec, 1997.

TRUZZI, Oswaldo M.S. **Sírios e Libaneses e seus Descendentes na Sociedade Paulista**. São Paulo: Edusp. In Fazer a América; Organização Boris Fausto, 1999.

ZIZEK, Slavoy. **Contra os direitos humanos**, 2005. *Disponível em:* <https://blogdaboitempo.com.br/2013/03/14/contra-os-direitos-humanos-artigo-de-slavoj-zizek/> Acesso em 09/10/2016